



UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE
FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Sociologia

Trabalho de Fim de Curso

Medo Social de Represália Política e Manipulação Identitária

Monografia apresentada para obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na
Universidade Eduardo Mondlane

Autor:

Isidoro Jacob Valia

Supervisor:

Dra. Rehana Capurchande

Maputo, Agosto de 2012

Medo Social de Represália Política e Manipulação Identitária

Monografia apresentada para obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na
Universidade Eduardo Mondlane

Autor: Isidoro Jacob Valia

**Universidade Eduardo Mondlane
Faculdade de Letras e Ciências Sociais
Departamento de sociologia**

Supervisora: Dra. Rehana D. Capurchande

Maputo, Agosto de 2012

O Júri

A Supervisora

O Presidente

O Oponente

Data

Universidade Eduardo Mondlane

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Sociologia

Trabalho de Fim de Curso

Medo Social de Represália Política e Manipulação Identitária

Monografia apresentada para obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na
Universidade Eduardo Mondlane

Autor:

Isidoro Jacob Valia

Supervisora:

Dra. Rehana D. Capurchande

Maputo, Agosto de 2012

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA	i
DEDICATÓRIA.....	ii
AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE ABREVIATURAS	iv
RESUMO	v
ABSTRACT	vi
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I.....	7
MULTIPARTIDARISMO E SECTOR PÚBLICO EM MOÇAMBIQUE	7
CAPÍTULO II	12
REVISÃO DA LITERATURA.....	12
2.1 Medo e Poder Político.....	12
2.2 Medo enquanto construção Social.....	15
2.3 Enquadramento Teórico	22
2.4 Definição de Conceitos	26
2.5 Modelo de Análise	32
CAPÍTULO III	33
METODOLOGIA	33
3.1 Método de Abordagem e de Procedimento	33
3.2 Técnicas de Pesquisa.....	34
3.3 Amostra e Tipos de Amostragem.....	35
3.4 Dificuldades do Campo.....	37

CAPÍTULO IV	39
APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	39
4.1 Perfil dos Entrevistados.....	39
4.2 Represália Política e Medo Social.....	40
4.3 O medo social de represália no seio dos membros da oposição.....	49
4.4 Medo de represália política e manipulação identitária.....	54
CONCLUSÃO	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
Anexo	75

DECLARAÇÃO DE HONRA

Eu, Isidoro Jacob Valia, declaro que esta monografia nunca foi apresentada para obtenção de qualquer grau, e ela é resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto a bibliografia e as fontes que utilizei na sua elaboração.

Maputo, Agosto de 2012

(Isidoro Jacob Valia)

DEDICATÓRIA

Não podem existir pessoas mais indicadas para dedicar este trabalho senão à minha família, à minha mãe e ao meu pai (em memória), os quais foram os guias perfeitos da minha vida; e aos meus irmãos Fidel, Belinha, Zé e Djoyce, que todos os dias ensinam-me a amar.

AGRADECIMENTOS

Deus foi sempre a minha força para fazer tudo na vida. O meu primeiro agradecimento vai a Ele, que foi a luz para o meu caminho e uma enorme sabedoria para as minhas decisões. Sem a paciente orientação da Dr^a Rehana Capurchande, que acreditou que era possível falar de medo social, quando muitos ridicularizaram o tema; agradeço-lhe do fundo do coração. Não podia deixar de agradecer ao meu pai (em memória) e à minha mãe, que me ensinaram a viver com amor e a valorizar o conhecimento; ao meu irmão Fidel, que foi um verdadeiro pai para mim, o qual sem a sua orientação e ajuda, a caminhada teria sido muito amarga. Agradeço também aos meus irmãos Belinha, Zé e Djoyce, os quais me fazem acreditar que a felicidade e amor mútuo são possíveis. Dizer “Obrigado” à minha cunhada Inês, que sempre teve uma paciência exemplar. Gostaria, igualmente, de deixar um grande obrigado a duas pessoas que aparecerem, como que por magia, na minha vida, a Amina, minha namorada, e Amiel, meu bebé, que são a minha esperança de ser feliz.

Queria deixar aqui o nome de todos os meus colegas, mas teria que ter mais de uma página para fazer isso. Foi uma turma fantástica e de gente inteligente. Mas, seria impossível deixar de referir alguns nomes que foram destaque na minha jornada, tais como Zeca Camufunana, que foi um fiel companheiro de batalha no Tangará e na sala de aulas; o Viana, que foi um verdadeiro amigo, o qual não me esquecerei dos seus pratos; o meu grupo de trabalho, de sucesso, Vicente Sitóe, Lucília Simone, Delúvia Alice, Clementina Mulungo, Falume Dade, Moisés Sengulane; os companheiros do Quarto 115, no Tangará: Janeiro, Albertino, Chidengo, Jerry; a Vany, Silvana e Rosário. Finalmente, agradeço a todo bloco Central do Tangará, pela amizade e solidariedade.

Agradeço aos meus docentes da faculdade, especialmente ao Dr. Colaço, que me ajudou quando o desespero fez-me acreditar que não era possível executar o trabalho.

Sem todos vocês, podia até ter feito o curso, mas não tão feliz como fui convosco.

LISTA DE ABREVIATURAS

IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos

RENAMO – Resistência Nacional de Moçambique

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

WLSA – Women Law in South Africa Research Education Trust

RESUMO

O trabalho faz uma análise da influência do medo de represália sobre a identidade dos membros do partido RENAMO, nos seus locais de trabalho, no Aparelho do Estado. Tem-se como objectivo geral compreender a influência que o medo de represália política produz sobre a auto-identidade dos membros do partido RENAMO. Os específicos são: identificar as influências sociais que o medo de represália política tem sobre a auto-identidade dos membros dos partidos da oposição nos seus postos de trabalho; descrever as formas de manifestação do medo de represália política mais frequentes nos membros do partido; e analisar a influência que as manifestações do medo de represália política têm na manipulação das auto-identidades dos membros dos partidos nos seus postos de trabalho. A pesquisa tem como método de abordagem o *fenomenológico* e o de procedimento, o *monográfico*. Teve como principais técnicas de recolha de dados a entrevista *semi-estruturada* e busca bibliográfica em bibliotecas e em websites. O tipo de amostragem é *intencional* e o tipo de estratégia de amostragem a de *conveniência* e a *bola-de-neve*. Tem uma amostra de 10 membros do partido RENAMO. Para a interpretação dos dados serviu-se do interaccionismo simbólico de Erwin Goffman. Constatou-se que os membros da RENAMO, por causa do medo de represália, ocultam as suas verdadeiras identidades políticas nos seus locais de trabalho e, fora dele, a revelam. Pode-se concluir que os membros da RENAMO manipulam as suas identidades de acordo com o espaço em que se encontram e pessoas com quem interagem.

Palavras-chave: *represália política, medo social, Identidade.*

ABSTRACT

The work analyzes the influence of fear of reprisal on the identity of RENAMO party members in their workplaces, in the State apparatus. It has the general aim of understanding the influence that fear of reprisal policy has on self-identity of the members of the party RENAMO. The specific goals are: to identify the social influences that fear of reprisal policy has on self-identity of members of opposition parties in their jobs; describe the forms of manifestation of fear of politic reprisal more common in members of the party, and analyze the influence that the manifestations of fear of reprisal policy in the manipulation of self-identity of the party members in their jobs. The research is a phenomenological method of approach and procedure, the monograph. Had the main techniques of data collection a semi-structured interview and search in libraries and on websites. The type of sampling is intentional and the type of sampling strategy is the convenience and snow-ball. It has a sample of 10 members of the party RENAMO. For the interpretation of the data served from the symbolic interactionism of Erwin Goffman. It was found that members of RENAMO, because of fear of reprisal, conceal their true identity politics in the workplace and outside it, reveal it. It can be concluded that members of RENAMO manipulate their identities according to the space they are in and people they interact with.

Keywords: *political reprisal, social fear, identity.*

INTRODUÇÃO

O presente estudo faz uma análise da influência do medo sobre o comportamento dos membros do partido RENAMO. Este procura, essencialmente, saber em que medida o medo de represália política influencia no comportamento dos membros dos partidos da oposição na cidade de Maputo. Especificamente, pretende-se compreender a influência que o medo de represália política produz sobre a auto-identidade dos membros do partido RENAMO, funcionários do sector público. Tem-se como foco o sector público pelo facto de ser neste que o governo e o partido no poder exercem maior influência.

Apesar de se ter adoptado um sistema democrático desde 1990, Moçambique continua a ser, ainda, um país com fortes privações a nível de liberdade de expressão política. Pertencer a um partido da oposição ou obstar, de qualquer forma, ao partido no poder, continua sendo um problema para alguns cidadãos. Grande parte dos indivíduos ainda vê isso como sendo algo que exige coragem, dada a reprimenda que pode advir disso. Os indivíduos ainda sentem-se intimidados por expressar suas opiniões a nível político. Consequentemente, ao invés de termos uma sociedade democrática, ainda temos uma sociedade com fortes limitações ao nível de liberdade política.

Ao nível social, isso pode ter consequências sobre os tipos de relações que os indivíduos estabelecem e o tipo de comportamento que têm. Considerando isso, torna-se relevante um estudo que possa mostrar as influências que essa ausência de liberdade, que é indicada, muitas vezes, pelo medo de represália política, pode ter nas identidades políticas dos indivíduos.

Conhecendo as influências do medo na identidade dos membros dum partido da oposição, isso pode também, de certo modo, ajudar a compreender a influência que o nosso regime político exerce sobre o indivíduo e as consequências que dela advêm,

podendo essas consequências ser reavaliadas ou não, dependendo da apreciação de quem observa ou da necessidade social.

A necessidade dum pesquisa desse género está, a nível académico, ligada ao facto de existirem poucas pesquisas que façam abordagem ao medo social, que é um assunto quase que inexistente nos trabalhos sociológicos em Moçambique. Por outro lado, dado que o medo social está inserido no campo de acção da Sociologia das Emoções, a qual está pouco desenvolvida no nosso espaço académico, o tema torna-se, nesse sentido, igualmente necessário.

A elaboração dum pesquisa desse género pode permitir, por um lado, que se saiba até que ponto as emoções podem influenciar nas identidade social dum indivíduo e, por outro lado, pode-se também ter um entendimento da influência que o poder político tem sobre as emoções dum indivíduo e, concludentemente, sobre o seu comportamento social.

Em Moçambique, a fidelidade partidária tem sido um importante factor para ter acesso ao emprego e assumir cargos no sector público. A esse respeito, alguns autores têm feito referência. Segundo Groelsema, Turner e Shenga (2009), multiplicam-se os apelos à fidelidade partidária das pessoas como base para o recrutamento, promoções e garantia de emprego. Assim, o acesso aos empregos, a cargos, a permanência no emprego e a garantia de outros benefícios no Aparelho do Estado está condicionado à pertença ao partido no poder, a FRELIMO.

Por sua vez, Pereira (2008) diz que, na prática, as relações entre membros de partido são mais importantes do que as relações oficiais formais, o que resulta na exclusão daqueles que não pertencem ao partido no poder. Também podemos encontrar patente esse facto no trabalho de Osório e Cruz e Silva (2009), *“Género e Poder Local”*. Neste trabalho a autora demonstra que a ocupação de cargos no Aparelho do Estado, no Distrito de Tambara e Machaze, na Província de Manica, é baseada na instrumentalização político partidária.

Por outro lado, é frequente, quotidianamente, encarar-se com estranheza o facto de um determinado indivíduo pertencer a um partido da oposição. A ideia de pertencer a um partido da oposição e assumir publicamente, em determinado contexto, é motivo que desperta nos indivíduos sentimentos de medo de exclusão social. Esses indivíduos vivem com o medo de ser marginalizado no mercado de emprego, de perda de emprego, de não ser promovido e de vários outros tipos de represália. Por exemplo, segundo Mazula (2000), os partidos da oposição queixam-se de que o Governo ou o partido no poder não lhes permite ou dificulta bastante a sua participação no processo de privatização das unidades económicas, favorecendo sempre os militantes da FRELIMO. Queixam-se também de que não têm acesso a cargos directivos no Aparelho de Estado, salvo raríssimas excepções.

Nesse sentido, os funcionários do Aparelho do Estado, membros da RENAMO, partido da oposição, pelas consequências que podem sofrer, caso as suas identidades sejam reveladas, são invadidos pelo sentimento de medo. Isso é pelo facto de se pertencer a um partido da oposição ser um impedimento para se exercer funções estatais, nota-se um medo por parte dos membros da oposição em fazerem parte dum partido da oposição. No trabalho de Forquilha (2007), *“Remendo Novo em Pano Velho: O Impacto das Reformas de Descentralização no Processo da Governação Local em Moçambique”*, o autor refere que “uma das causas a que leva muitos munícipes de Chimoio, Gurué, Monapo, Nacala-Porto e Vilanculos a não apresentarem queixas relacionadas com corrupção é o medo de serem conotados com um partido da oposição, facto que pode conduzir a represálias, que se manifestam sob a forma de exclusão política” (Forquilha, 2007).

A Constituição dá ao presidente amplos poderes, incluindo sobre forças policiais, judiciárias e de segurança. Este poder tem sido utilizado para proteger os apoiantes e simpatizantes da FRELIMO, impedindo o desenvolvimento de funções estatais independentes, como corpos de supervisão eficazes (Vaux et al., 2005 *apud* Pereira, 2008). Desse modo, pode-se dizer que essas forças policiais, judiciárias e de segurança

que são postas ao serviço do partido têm aumentado o medo no seio dos militantes de outros partidos, igualmente sobre a RENAMO, dado ao facto de ser o partido da oposição com maior expressão política, como refere Pereira (2008).

Nesse sentido, o trabalho questiona-se sobre as influências que o medo de represália política pode exercer sobre as identidades dos membros do partido RENAMO. Procura, especificamente, entender de que modo o medo de represália influencia a auto-identidade dos funcionários do Aparelho do Estado, membros da RENAMO, nos seus postos de trabalho. Visto que esses indivíduos sentem-se intimidados pela represália política, procura-se entender quais as estratégias que eles usam para lidar com esse medo e de que forma essas estratégias influenciam as suas auto-identidades. Nesse sentido, a questão que orienta o estudo é: *Que influência o medo de represália política (perda de emprego, não ser promovido, falta de progressão, não conseguir emprego) exerce sobre a auto-identidade dos membros dos partidos da oposição.*

Para responder a tal questão, partiu-se da hipótese de que o medo de represália política leva à manipulação das identidades políticas dos membros do partido da oposição. Assim, a variável independente é a represália política e a dependente a manipulação de identidades políticas. Nesse caso, quanto maior for o medo de represália política, é maior também a tendência para manipular as auto-identidades. Nesse sentido, para análise de tal hipótese, achou-se adequado o uso da teoria interaccionista de Erwin Goffman. Este autor usa a perspectiva de representação teatral. Considera o modo como o indivíduo, no seu quotidiano, se apresenta a si próprio e a sua actividade perante os outros, as maneiras como controla a impressão que os outros formam dele, as diferentes coisas que poderá fazer ou não fazer enquanto desempenha perante os outros o seu papel, (Goffman, 1993).

Para além do quadro teórico, a pesquisa auxilia-se de conceitos como *represália política* que, no contexto do presente estudo será entendida como sanção ou vingança por um acto que se tenha sentido prejudicado ou em desvantagem; auxiliando-se do princípio de que

represália política nem sempre é juridicamente ou legalmente aceite, podendo ser por vingança política, Raymond Aron *apud* Bobbio, Matteucci e Pasquino (1983). Outro conceito é o de *medo social*, que é entendido como um sentimento de impotência que um determinado grupo partilha, com determinada regularidade; auxiliando-se das ideias de Dias (2006), Barbalet (1998) e Kemper *apud* Barbalet (1998).

Um outro conceito que ajuda na análise do estudo é o de *identidade*, que é entendida como sendo algo que não se pode conceber através de atributos essenciais, mas ocasionais, Goffman (1988). Desse modo, consideram-se as ideias de *identidade social virtual* e *identidade social real*, (*Idem*, 1988). Consequentemente, decorre dessas ideias o conceito de *manipulação de identidade*, o qual é concebido como o facto de o indivíduo mudá-la de acordo com a ocasião, dependendo dos objectivos que pretende alcançar e da imagem que pretende transmitir às pessoas com quem interage, (*Idem*, 1988).

O trabalho tem como objectivo geral compreender a influência que o medo de represália política produz sobre a auto-identidade dos membros do partido RENAMO. Decorrentes desse, temos como objectivos específicos identificar as influências sociais que o medo de represália política tem sobre a auto-identidade dos membros do partido da oposição nos seus postos de trabalho; descrever as formas de manifestação do medo de represália política mais frequentes nos membros do partido; e analisar a influência que as manifestações do medo de represália política têm na manipulação das auto-identidades dos membros do partido nos seus postos de trabalho.

O estudo tem como método de abordagem o fenomenológico, em que a realidade é entendida como emergente da intencionalidade das consciências voltadas ao fenómeno, (Gil, 1999). O método de procedimento é o monográfico, o qual parte do princípio de que o estudo de um caso com profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes, (*Idem*, 1999).

A técnica usada para a recolha de dados é a entrevista semi-estruturada, que é um meio-termo entre a entrevista estruturada e a entrevista não-estruturada, a qual inclui os temas a

serem discutidos na entrevista, mas o entrevistado é livre de desenvolver as questões da maneira que quiser, (Moreira e Caleffe, 2006). Para além dessa técnica, o trabalho serviu-se da revisão de literatura em bibliotecas e em websites. A pesquisa, que está centrada em membros do partido RENAMO, funcionários do Aparelho do Estado, tem como amostra 10 indivíduos.

O trabalho apresenta quatro capítulos, a saber: o capítulo 1, de forma resumida, aborda o papel do multipartidarismo no processo de descentralização da administração pública em Moçambique e a influência do partido no poder na partidarização do Estado. No capítulo 2, apresenta-se a revisão da literatura, aonde se faz a exposição dos trabalhos que abordam o tema em pesquisa, do quadro teórico e dos conceitos.

No capítulo 3 apresentam-se os métodos e os passos de pesquisa que foram usados na elaboração do trabalho, os tipos de amostra e as dificuldades do campo. No capítulo 4 apresenta os principais resultados obtidos no campo e a sua interpretação com base no quadro teórico e conceptual. Finalmente, apresenta-se a *Conclusão*, as *Referências Bibliográficas* e o Anexo.

CAPÍTULO I

MULTIPARTIDARISMO E SECTOR PÚBLICO EM MOÇAMBIQUE

Para que se possa entender o problema de exclusão partidária existente no seio do sector público no país, importa fazer uma abordagem do processo de descentralização pelo qual este passou. É nesse sentido que o presente capítulo faz uma abordagem sobre o processo de descentralização administrativa desde a implementação da Constituição de 1990 até aos nossos dias. Paralelamente, mostra a influência exercida pelos partidos políticos na elaboração das políticas de descentralização administrativa, de modo que seja possível entender a relação entre o medo de represália política e a partidarização do Aparelho do Estado.

Com a independência, Moçambique passou de uma sociedade colonizada para um país independente sob uma orientação ideológica marxista-leninista, com a FRELIMO no poder, de 1975 a 1990 (Soiri, 1999). Logo após a independência, o país estava envolvido numa guerra civil entre a FRELIMO e a RENAMO. Após o Acordo Geral de Paz, foi possível a estabilidade político-militar e a introdução de um regime de governação democrático, o qual foi antecedido pela Constituição de 1990, que permitiu a introdução de sistema multipartidário, em 1990 (*Idem*, 1999).

A redefinição da relação entre o Parlamento e o Executivo, por meio da nova Constituição e do Acordo Geral de Paz, permitiu que a oposição tivesse acesso parcial ao poder, embora este se limitasse ao parlamento. Paralelamente a isso, foi-se notando um excesso de centralização e distribuição desigual de poder político e económico entre as diferentes regiões. As primeiras eleições partidárias e presidenciais deram vitória à FRELIMO, o qual formou um governo sem consultar a oposição (*Idem*, 1999).

Aquando da reforma administrativa, foi promulgada, pela Assembleia Legislativa de partido único, uma lei (3/94), dando a autonomia aos Distritos Municipais. Pelas mudanças que sofreu o processo de reforma, um novo quadro institucional para a reforma

do governo local, a lei 2/97, foi aprovado, também, sem a aprovação da oposição. Assim, no âmbito do processo de descentralização, a falta de acordo e de confiança mútua entre o governo e a principal força da oposição, a RENAMO, é uma importante limitação para a reforma.

Para além da guerra civil, que criou uma certa tensão entre a FRELIMO e a RENAMO, já se pode ver que, mesmo após a guerra, a relação entre essas duas forças políticas continua conflituosa. Essa tensão prossegue com a tentativa do partido no poder, a FRELIMO, de limitar a participação da oposição, a RENAMO, no processo de gerência do Estado, aquando da implementação do multipartidarismo. Isso é visível quando Soiri (1999) faz referência ao facto da FRELIMO, quando venceu as primeiras eleições multipartidárias, formar um governo sem consultar a oposição.

A principal razão para isso não é resultado, necessariamente, da divisão entre o governo e a oposição (*Idem*, 1999). Segundo Weimer *apud* Soiri (1999), existe uma clivagem no seio do partido: entre “centralizadores” e “descentralizadores” e entre a direcção do partido e as bases. Por sua vez, Braathen, identifica três lógicas de acção contraditórias: a tecnocrata e patrimonial, baseada em práticas centralistas e numa ideologia de estado. Ainda segundo este autor, há actores que seguem uma estratégia tecnocrata e patrimonial, baseada em práticas centralistas e numa ideologia de Estado. Porém, existem outra ala, que está mais receptiva à ideia de descentralização e com intenção de envolver a sociedade civil no processo de tomada de decisão política (Braathen *apud* Soiri, 1999). Contudo, ambas as partes dos centros de poder estatal controlam as elites locais do partido, personificando as estruturas administrativas locais (Soiri, 1999).

Assim, essa personificação é notável pela manipulação das estruturas administrativas em favor dos interesses do partido no poder, beneficiando os seus militantes e limitando o acesso aos membros de outros partidos. Tal atitude intensifica a falta de confiança entre o partido no poder e os membros da oposição, especialmente os da RENAMO, principal partido da oposição.

Tendo origem na ideia de patrimonialismo de Weber (1971) *apud* Forquilha (2007), foi criado o conceito de neo-patrimonialismo por Eisenstadt (1973) *apud* (Forquilha, 2007). Esse conceito foi criado para transmitir a ideia de um modelo de dominação personalizado, essencialmente orientado para a protecção da elite no poder e que procura limitar, no máximo, o acesso da periferia aos recursos detidos pelo centro, (*idem*, 2007).

Aqui pode-se entender, com maior clareza, a razão da exclusão da oposição no acesso aos cargos no Aparelho do Estado ou a limitação do acesso deles a empregos no Estado. Embora exista uma ala do partido FRELIMO que esteja interessada na descentralização da administração pública e no envolvimento da sociedade civil no processo de tomada de decisão, pode-se entender que se está diante de um Estado com fortes influências partidárias na sua gerência. Essa influência partidária e personificação das estruturas administrativas é evidenciada pela exclusão dos membros da oposição no acesso aos cargos ou empregos no Aparelho do Estado. Se está diante dum Estado neo-patrimonialista, orientado para proteger os interesses do partido no poder e limitar o acesso daqueles que não fazem parte deste, neste caso, os membros da RENAMO.

Como mostra Mazula (2000) os partidos da oposição queixam-se que o Governo ou partido no poder não lhes permite ou dificulta bastante a sua participação no processo de privatização das unidades económicas, favorecendo sempre os militantes da FRELIMO. Igualmente queixam-se de que não tenham cargos directivos no Aparelho do Estado e de serem marginalizados, salvo raríssimas excepções. “Mesmo quando se fazem concursos, quer para alienação das empresas, quer para cargos públicos, verifica-se coincidir quase sempre em “camaradas” ou simpatizantes do partido no poder” (*Idem*, 2000: 47-48).

Assim, existe por parte do partido no poder, a tentativa de impedimento dos membros da oposição e o favorecimento dos seus militantes no processo de participação em tomada de decisões. A filiação ao partido no poder aparece como um requisito para se ter acesso ao emprego, a cargos no Estado ou à recompensas económicas. Como refere Soiri “Moçambique [...] é um exemplo da estreita ligação entre o poder político e excessivas

recompensas económicas” (Soiri, 1999: 10). A situação económica do país é também um factor que se tem que tomar em conta na explicação de haver certo conflito em volta do acesso à posições no Aparelho do Estado. A fraca condição económica do país faz com que o Estado seja a fonte de maior facilidade de acumulação de riquezas. Por sua vez, os que têm acesso ao controlo deste, restringem a participação na administração do Estado somente àqueles que sejam da sua confiança ou que façam parte do seu grupo de relações, nesse caso, partido político.

Por outro lado, a fraca produção económica tem sido um outro factor que contribui para o aumento da luta pelo poder. Razão pela qual o Aparelho do Estado torna-se um espaço privilegiado de acumulação fácil de riqueza e, conseqüentemente, de prestígio. Como resultado, “o processo de privatização, da distribuição da terra e o acesso aos cargos públicos sejam motivos de conflito” (Mazula, 2000: 48).

Diante de tudo isso, pode-se entender que os conflitos políticos que levam à exclusão dos membros de partidos da oposição têm origem logo no início da implantação do multipartidarismo. A falta de confiança política entre a FRELIMO e a RENAMO, que tem influência da guerra civil, contribuiu, de certo modo, para que o processo de descentralização ocorra de maneira defeituosa e contribua para que se encare os membros RENAMO com hostilidade.

Por outro lado, o facto de se ver o Estado como uma fonte de acumulação de riqueza torna esses conflitos ainda mais acentuados, fazendo com que os responsáveis pela administração do Estado favoreçam somente àqueles que são das suas relações partidárias e que marginalizem os que consideram seus inimigos, a oposição, especialmente os membros da RENAMO, que é o maior partido da oposição.

Assim, pertencer a um partido da oposição, o que é sinónimo de não fazer parte do grupo que possui o controlo administrativo do Estado, significa correr o risco de ter o acesso limitado a cargos ou a empregos na função pública. Quando se olha para isso sob o ponto de vista, essencialmente, político, pode-se dizer que tem implicações ao nível da

implementação adequada de uma verdadeira democracia e da participação integral dos cidadãos no processo de tomada de decisões.

Embora, sob o ponto de vista político se possam encontrar consequências, podem haver outras consequências sociológicas, no que respeita à identidade social dos actores envolvidos nesse processo. É para a influência que o medo de represália política, que o trabalho tem o seu foco. O medo que os membros da RENAMO vivem de serem conotados com um partido da oposição, facto que pode conduzir a represálias, Forquilha (2007), tem influências sobre o seu comportamento social, especialmente sobre as suas identidades.

Ao se confrontarem com esse medo de sofrerem represália política, os membros da RENAMO usam a manipulação identitária como uma estratégia para garantir a manutenção dos seus postos de trabalho. Isto é, mesmo sendo da RENAMO, eles fazem-se passar por funcionários que pertencem ao partido no poder, FRELIMO, de modo a não serem conotados como membros da oposição e correrem o risco de perder seus postos de trabalho.

Neste contexto, foi para ter uma noção sobre a influência que os conflitos políticos existentes na descentralização administrativa estão relacionados com a exclusão dos membros dos partidos da oposição no acesso a cargos e a empregos no Aparelho do Estado. Desse modo, foi possível entender que é essa exclusão que está na origem do medo de represália por parte dos membros do partido RENAMO, a qual tem origem no facto de o partido no poder favorecer os seus militantes em detrimento dos membros de outros partidos. Portanto, os membros da RENAMO vivem, nos seus postos de trabalho, com o medo de perder seus empregos, seus cargos ou de serem marginalizados por pertencerem a um partido da oposição.

Nos capítulos que se seguem, se irá fazer uma análise de modo a demonstrar a influência que o medo de represália tem sobre a manipulação da identidade dos membros da RENAMO nos seus postos de trabalho.

CAPÍTULO II

REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, faz-se uma abordagem dos trabalhos que fazem referência ao tema em pesquisa. Assim, resumem-se as perspectivas sobre as quais se tem abordado os estudos sobre medo social. O capítulo divide-se em duas subsecções; a primeira destacou os trabalhos que estabelecem uma relação do *medo social com o poder político*; a segunda subsecção abordou os trabalhos que têm como perspectiva o *medo social e a estrutura social*.

2.1 Medo e Poder Político

A primeira abordagem é a relativa ao *medo como emoção relacionada com o poder*. Fernando Nogueira Dias (2006) mostra como o poder político pode usar o medo para manter ordem. Por sua vez, Barbalet (1998) analisa o medo que o poder político pode sentir e como esse medo influencia para a inovação e desenvolvimento organizacional. Finalmente, José Eisenberg (2005) procura mostrar que o medo pode ser o caminho que leva às pessoas para acção política. Nas três abordagens o medo pode ser instrumento para acção política, caso de Dias (2006) e Barbalet (1998) ou pode ser condição para ingresso no reino político, caso de Eisenberg (2005).

Fernando Nogueira Dias (2006), na obra “*O Medo Enquanto Emoção Social: Contributo para Uma Sociologia das Emoções*”, faz uma abordagem do medo como algo que deve ser compreendido nas relações estruturais de poder e de *status*. Segundo este autor, o medo advém das relações de poder desequilibradas em qualquer dos campos da acção humana, havendo actores que nos sistemas sociais mais dele se beneficiam, e outros que por ele se deixam dominar. A prevalência desse medo faz-se pela manutenção duma ordem, cujos vigilantes procuram assegurar a máxima eficiência da sua actuação,

podendo estes usar de todos os meios para garantir a eficácia no tecido social (Dias, 2006).

Nessa abordagem pode-se observar que o medo é analisado em termos de relações de poder. O medo é criado no seio dos que têm menos poder, de modo a manter a ordem social. Portanto, Dias (2006) não analisa a fonte do medo, mas sim os efeitos que esse tem sobre a estrutura social e de como ele pode ser manipulado para se tirar benefícios dele. Porém, se o medo foi criado no seio de determinados grupos, de modo a manter a ordem, isso significa que, de algum modo, houve algum tipo de insegurança por parte dos que detêm poder. Nesse sentido, a insegurança não pode ser caracterizada como sendo medo também?

Diante disso, pode-se dizer que era importante que se fizesse igualmente uma análise, não só do medo que é criado sobre os que detêm menos poder, portanto, os que são amedrontados, mas analisar também as razões que levam os que possuem o poder a propagar esse medo.

Embora faça também uma abordagem estrutural do medo como algo relacionado ao poder, Barbalet (1998) procura mostrar o lado oposto do estudo de Dias (2006). Ele analisa o medo que a elite social ou política pode sentir. Segundo ele,

“Uma viragem no desenvolvimento de relações de poder, por exemplo, em que se verifique um relativo declínio de poder de uma elite ou um relativo aumento de poder de um grupo subalterno ou dependente, provavelmente levará a elite a sentir medo de que a sua posição privilegiada possa estar em perigo” (Barbalet, 1998: 234).

Nesse sentido, segundo este autor, as consequências desse medo das elites tem sido a acção colectiva no sentido de eliminar a fonte do medo. Tal acção pode assumir a forma de inovação e desenvolvimento organizacional (Barbalet, 1998). Todavia, várias têm sido as situações em que grupos vêm-se paralisados diante dos seus medos. O único caminho que esses indivíduos têm encontrado tem sido, frequentemente, submeterem-se às

vontades dos grupos que os amedrontam. Portanto, eles encontram-se paralisados, não no sentido de inação, mas porque não podem fazer as suas vontades, por exemplo, rebelando-se contra o grupo que os amedronta de modo a conseguirem que se satisfaçam os seus interesses. Nesse contexto, será que o medo social implica sempre inovação e desenvolvimento? Não pode implicar também submissão e alienação? Assim, sobre medo de submissão e poder político é o que trata o artigo de Eisenberg.

José Eisenberg procura mostrar como é que o medo é parte necessária de qualquer projecto emancipatório de uma teoria política moderna. Para tal, ele analisa a dicotomia entre medo de ter medo e a coragem de ter medo. O inimigo da acção política é o medo de ter medo; enquanto que da coragem de ter medo pode nascer uma república, (Eisenberg, 2005).

Segundo Eisenberg, o medo de servidão leva as pessoas ao reino da acção política. O medo de servidão move o ser humano do impulso de sobrevivência à razão prática, e a esperança de emancipar-se das causas do medo, gerando uma sociabilidade reflexiva que podemos chamar de acção política. Portanto, o medo é uma paixão positiva e emancipadora, criadora do político e da política (*Idem*, 2005).

Enquanto o primeiro trabalho, Dias (2006), olhava para o medo como uma estratégia de manutenção da ordem e o segundo, o de Barbalet (1998), como meio de inovação, vemos que o terceiro, Eisenberg (2005), vê o medo como um meio que leva ao exercício do poder político. Embora esses artigos façam uma análise das influências que o medo pode exercer sobre os indivíduos, eles só olham para quem exerce o poder político. Porém, que influência tem o medo sobre os grupos em que o poder recai? Nesse sentido, uma análise que também seria importante era olhar para a influência que o medo exerce nos grupos sobre os quais o poder é exercido. Por exemplo, o trabalho de Dias (2006), ao mostrar que o medo é usado pelo poder político para manutenção duma ordem, seria importante saber como reagem os grupos sobre os quais recai esse medo, como se comportam, quais

as estratégias que usam para suprimir a fonte desse medo ou se submetem passivamente aos interesses do poder ou lutam contra ele.

No presente trabalho, ao invés de se olhar para a influência que o medo produz sobre quem exerce o poder político, dá-se atenção a quem o poder recai. Especificamente, procura-se entender a influência que o medo de represália política exerce sobre a auto-identidade social dos membros do partido RENAMO. Pretende-se perceber a atitude dos indivíduos diante do medo, quais as suas estratégias para eliminar as consequências – perda de cargos no trabalho, perda de emprego, perda de confiança por parte do patronato e marginalização à nível laboral – que podem sofrer nos seus postos de trabalho. Assim, diante da sua atitude perante o medo, se analisará a influência que a sua identidade sofre, qual o seu comportamento em diferentes espaços ou contextos sociais. Portanto, toma-se o poder político como a fonte do medo, sobre o qual o indivíduo vai usar de várias estratégias para lidar com ele, de modo a não sofrer as consequências que teme.

2.2 Medo enquanto construção Social

Para além das abordagens que relacionam o medo com o poder político, existe uma outra categoria de abordagem, a do *medo enquanto construção social*. Nessas abordagens enquadram-se dois textos de Mauro Guilherme Pinheiro Koury (2009), que procura mostrar as diferentes percepções que os indivíduos têm sobre o medo, distinguindo essas percepções em três categorias: a falta de fé, a falta de confiança e o medo de errar e a falta de segurança pessoal ou familiar; por outro lado, ainda num trabalho de Koury (2002), “*Medos Corriqueiros*”, ele procura mostrar que, quando determinados indivíduos ou grupos se sentem amedrontados podem romper com determinados limites, de modo que esse medo pode ser entendido, de acordo com a situação, como transgressão ou aventura; a obra de Eunice Maria das Dôres Vaz de Melo (2008) explica como é que a cultura do medo pode determinar a estrutura física urbana e a quotidiana dos indivíduos;

finalmente, o texto de Ricardo Campos, mostra como a actual configuração social ocidental contribui para que se sinta medo do outro.

O primeiro trabalho é o de Koury, “*O Que é Medo? Um Adentrar no Imaginário dos Habitantes da Cidade de João Pessoa, Paraíba*”. Este autor, por meio de entrevistas, procura percepções sobre o medo. Assim, com base nos resultados, o autor agrupa a noção de medo em três categorias: a falta de fé, a falta de confiança e o medo de errar e a falta de segurança pessoal ou familiar (Koury, 2009: 1-24).

A *falta de fé* compreende uma atitude fatalista sobre o destino pessoal e colectivo e é solidária com o próximo através de um terceiro relacional, a figura do divino. Nela, a fé em Deus remove obstáculos, não tem por que ter medo, tudo está escrito. A *falta de confiança e o medo de errar* leva-nos a ideia de risco permanente, não estando os sujeitos prontos para encará-lo e, quando o fazem, sentem-se ameaçados pelos outros, indivíduos e instituições, e com receio de perder posições sociais conquistadas. O medo é sentido como uma ameaça permanente aos projectos individuais e colectivos e, por extensão, à família, à profissão e à imagem pessoal. A terceira categoria leva à reflexão sobre o *medo no sentido da violência urbana*. O medo do outro e o estranhamento do quotidiano. Na rua, as pessoas sentem-se ameaçadas pelo trânsito, pelos assaltos constantes, sequestros, assédios e mortes (*Idem*, 2009).

Nas categorias do medo acima expostas, um dos aspectos que era muito importante a ser ter em conta é a origem social e os contextos sociais em que cada grupo de indivíduos pertence. Desse modo, seria possível “medir” o papel da estrutura ou dos grupos sociais sobre percepções e significados que as pessoas atribuem à realidade social. Por outro lado, podia-se, igualmente, analisar a influência que essas percepções têm sobre a vida dos grupos pertencentes a cada categoria.

A abordagem de Koury é a de que o medo é uma construção social. Portanto, ele procura compreender as bases da construção social do medo no imaginário do homem comum (Koury, 2002).

Em primeiro lugar, Koury procura mostrar como o medo pode servir para que se percebam determinadas situações como de transgressão e de aventura. Assim, quando os indivíduos ou grupos se encontram amedrontados eles podem romper com limites ora instituídos ou sentidos como imposição. Quando esse rompimento, portanto, aventura, é observado, a acção desses grupos ou indivíduos é vista pelo imaginário social, de toda e qualquer forma de sociabilidade, como uma forma de acção positiva ou negativa. Assim, essa demonstração de força física ou espiritual faz dos indivíduos ou grupos exemplos a serem seguidos ou renegados (*Idem*, 2002).

Neste primeiro caso, podemos, de algum modo, relacionar com o trabalho de Dias (2006), em que vê o medo com um meio que o poder político usa para manter a ordem. Na medida em que, no momento em que o poder político impõe o medo para manter a ordem, determinados grupos podem aventurar-se em enfrentar esse medo e, por isso, serem vistos pela sociedade como algo por serem seguidos ou por serem renegados, dependendo do contexto e dos resultados da acção do grupo.

Em segundo lugar, Koury coloca o segredo e a insegurança do conhecimento global dos indivíduos, ou grupos relacionais, como o momento instituinte fundamental da constituição de uma sociabilidade e do estabelecimento do singular. Segundo o autor, o segredo pressupõe medo de traição, isto é, a forma de revelar ao outro a intimidade e singularidade de uma comunidade, como forma de desfazer esta própria pelo desmascaramento daquilo que simbolicamente diz sobre a sua especificidade e unicidade frente aos demais. Desse modo, esse medo de traição provoca a centralização e busca de eficácia do controlo dos membros internos dessa comunidade de segredo à guarda e manutenção do mesmo. Assim, o controlo parece se exercer sob uma possibilidade de traição, portanto, medo de traição (Koury, 2002).

Neste último caso, podemos observar que pode existir aqui, como o trabalho de Barbalet (1998), algum tipo de medo por parte da elite. A partir do momento em que os responsáveis pelo grupo sentem medo de traição, portanto, a elite do grupo, isso os leva a exercer maior controlo sobre o grupo. Mas, esse medo de traição não pode significar um exercício do controlo por meio também do medo? Nesse contexto, podemos admitir a possibilidade de que, para exercer o controlo, a elite responsável pela preservação do segredo, pode também usar o medo como uma ferramenta de manutenção da ordem, aonde podemos ver patente a tese de Dias (2006), em que o medo é um meio de manutenção da ordem.

Não importa só sabermos que o medo leva a um maior exercício do poder. Muitas vezes, na tentativa de nos livrarmos do medo, podemos nos tornar violentos, o que pode significar criar medo sobre as outras pessoas. Como referiu Koury (2002), quando os indivíduos ou grupos se encontram amedrontados eles podem romper com limites ora instituídos ou sentidos como imposição. Assim, esse rompimento com os limites instituídos implicaria, em algum momento, impor medo a quem os instituiu. Assim, para nos livrarmos dos nossos medos, por vezes, temos que impor medo a quem os cria. Portanto, não podemos olhar somente para origem do exercício do controlo, mas também para como é exercido esse controlo.

O trabalho de Melo entende a cultura do medo como a expressão das necessidades historicamente condicionadas de um grupo social e de seus indivíduos e como referência a totalidade das práticas sociais colectivas e suas representações simbólicas (Melo, 2008). Nesse sentido, segundo Baierl, a cultura do medo “vem alterando profundamente o território e o tecido urbano e, conseqüentemente, a vida quotidiana da população. Todos se sentem afectados, ameaçados e correndo perigo”(Baierl, 2004: 20 *apud* Melo, 2008). Porém, segundo a autora, tudo isso é agravado pelas formas como esses índices são tratados pela *mídia*, pelas falas corriqueiras entre os indivíduos sobre o crime e pela impunidade do Estado diante da questão.

Assim, segundo Melo (2008), o *mídia* confere uma grande atenção aos crimes mais violentos e cria-se uma ideia de que estes são os mais frequentes, o que não é verdade. Os meios de comunicação em massa transformaram a violência em uma das suas grandes atrações. Por outro lado, segundo Caldeira e Adorno, a fala do crime é um intensificador da cultura do medo. Assim, as narrativas quotidianas, os comentários, conversas e até mesmo brincadeiras e piadas, que têm o crime como tema central contrapõem-se ao medo e a experiência de ser uma vítima do crime e, ao mesmo tempo, fazem o medo proliferar, (Caldeira, 2000 e Adorno, 2006 *apud* Melo, 2008).

Finalmente, a cultura do medo legitima-se ainda pelo facto de o Estado não se configurar como legítimos e eficientes para manter a ordem e segurança. Quando as pessoas vêem o crime aumentando, elas culpam as instituições públicas e sentem a necessidade duma autoridade forte. Consequentemente, se as autoridades falham, elas sentem que têm que resolver os problemas por seus próprios meios. Portanto, surgem mecanismos, por parte da população, para reduzir os seus medos, (Melo, 2008).

Desse modo, por conta da cultura do medo, há uma espécie de socialização da violência, que leva à uma suspeita em relação à imagem do Outro, sobretudo dos pobres. Assim, os indivíduos, pela desconfiança que possuem sobre os Outros, restringem os seus movimentos, saem menos á noite, andam menos pelas ruas, evitam as zonas “perigosas” de sua cidade. Por outro lado, ainda por causa dessa cultura do medo, os indivíduos vêem como um meio de fugir ao medo aumentando os muros das suas casas, cercá-las e a fortificá-las e, com isso, buscam refúgio nos avanços oriúndos da modernidade, que propiciam o conforto de não ser necessário sair de casa para quase nada. Além disso, as pessoas têm se isolado mais dentro de suas casas, evitando sair a eventos públicos por medo da violência (Melo, 2008).

De acordo com a autora, todas as formas de fuga ao medo acima apresentadas são fruto de práticas sociais ordenadas no tempo e no espaço. Fazendo o uso da noção de agência humana de Anthony Giddens, a autora conclui que:

“Devemos pensar a cultura do medo como uma actividade social estratégica que as pessoas usam para resolver seus problemas e prosseguir com a sua vida. A agência humana é criada por actores sociais, mas também continuamente recriada por eles através dos próprios meios pelos quais eles se expressam como actores.” (Melo, 2008: 15)

Do mesmo modo, o trabalho “*Medo Social: Dilemas Quotidianos*”, de Luzia Fátima Baierl (2008) mostra também que o medo dá novos ritmos e sentidos ao quotidiano dos indivíduos, mudando arquitectura de suas casas. Porém, a autora aponta pessoas concretas que afectam com mais força as pessoas e colectividades, dando novos sentidos e significado a vida quotidiana e às formas de interagir. Essas pessoas são a polícia e o traficante, sendo eles os maiores responsáveis pela propagação da violência.

Pode-se observar que entre o trabalho de Koury (2002) sobre medos corriqueiros e o de Melo (2008) encontram-se alguma semelhança de abordagem, sendo que ambos falam das estratégias que os indivíduos podem encontrar para acabar com os seus medos. Porém, enquanto Koury olha para um âmbito mais particularizado, fazendo, por exemplo, referência ao medo de traição por se revelar um segredo dum determinado grupo, o trabalho de Melo faz uma abordagem mais generalizada, tendo como foco sociedades urbanas, mostrando que estratégias esses grupos urbanos usam para pôr fim ao medo do crime. Ao contrário da primeira abordagem de Koury (2009), sobre a percepção que os indivíduos podem ter sobre o medo, o texto sobre medos corriqueiros, também de Koury (2002), e o da cultura do medo, de Melo (2008), parece ir mais a fundo, tentando pôr à superfície as mudanças que podem ocorrer como resultado do medo que é imposto aos indivíduos.

Como Koury (2002) e Melo (2008), no presente trabalho parte-se do princípio de que o medo é uma emoção que pode trazer certas mudanças, mas nesse caso, ao nível da identidade dos indivíduos. Do mesmo modo que o medo pode criar mudanças no exercício do controlo de determinados grupos sociais assim como pode criar estratégias de segurança ao ponto de isolar os indivíduos da vida social, de impedir que esses possam

se juntar em convívios sociais e até de mudar paisagens urbanas, acredita-se, aqui neste trabalho, que o medo pode, igualmente, influenciar a auto-identidades de actores sociais ao ponto até de mudá-las.

Diferente da abordagem de Melo (2008), temos a abordagem de Ricardo Campos. Baseando-se nas ideias de Norberto Elias, de que na formação do Estado moderno e do processo de divisão de trabalho verifica-se um fortalecimento da individuação baseada num aumento e pressão para o controlo das emoções, assim como novas formas de se efectuar esse controlo, Campos (2008) defende que o medo do outro não é entendido apenas como advindo da cultura de violência difundida pelos *mídia*, mas por essa nova configuração social ocidental. Segundo este autor, esses pequenos medos que emergem dessa nova configuração social impele os indivíduos a ter *vergonha* e receio de exposição para o social dos seus reais sentimentos e condições. Por sua vez, esse medo de exposição, que gera individualismo, leva a novas formas de sociabilidade, onde emergem novas maneiras de agir.

No contexto do presente trabalho, parte-se do princípio de que a configuração actual da situação política do país também cria medo no seio de muitos indivíduos que, de certa maneira, possuem opiniões políticas contrárias ao partido no poder, medo esse que leva também a um receio da exposição dos seus reais sentimentos políticos. Consequentemente, esse medo, também, gera novas formas de acção, a qual pode criar novas formas de auto-identidade. Nesse sentido, o objectivo do trabalho é entender a maneira pela qual essa influência é exercida e o modo pelo qual a auto-identidade dos membros é afectada.

Nos trabalhos acima referenciados, apresenta-se o medo em diversas perspectivas. O medo como estratégia de manutenção duma ordem, Dias (2006); o medo como meio de inovação, Barbalet (1998); o medo como caminho para acção política, Eisenberg (2005); e medo como construção social, em que as condições da estrutura social cria condições

para existência de determinados medos, onde encontramos os trabalhos de Koury (2002 e 2009), de Melo (2008), de Baierl (2008) e de Ricardo Campos (2008).

2.3 Enquadramento Teórico

Nesta parte do trabalho faz-se uma abordagem da teoria sobre a qual a pesquisa se baseou. De acordo com a natureza do estudo em causa, sobre identidades dos membros do partido RENAMO, e das hipóteses levantadas, acreditou-se que a melhor perspectiva teórica seria o interaccionismo simbólico de Erwin Goffman. Segundo este sociólogo,

“A informação a respeito dos indivíduos serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta desejada”
(Goffman, 1993: 11)

É nesse sentido que se pode dizer que os membros do partido RENAMO, ao terem conhecimento de que o facto de se pertencer a um partido da oposição é motivo de represália política, o que implica sanções ao nível laboral, eles agem, nos seus postos de trabalho, de modo a que a sua acção seja aprovada por aqueles que podem sancioná-los. Desse modo, segundo Goffman (1993), o indivíduo organiza o seu desempenho e exibição “em intenção das outras pessoas”.

Nesse sentido, para que a sua acção possa tornar-se convincente ou significativa para os outros, ele precisa mobilizá-la de modo que expresse, durante a interacção, o que ele precisa transmitir. Para isso, o indivíduo inclui em sua actividade sinais que acentuam e configuram, de modo impressionante, factos confirmatórios que, sem isso, poderiam permanecer despercebidos ou obscuros, seria, então a sua realização dramática (*Idem*, 1993). Assim,

“A perspectiva dramática que daqui decorre – a utilização da metáfora teatral para designar as situações sociais como um palco, onde os diferentes actores desempenham os papéis de diferentes

personagens – leva Goffman a identificar não só as diferentes estratégias de actuação dos actores [...], mas, igualmente as técnicas de actuação, isto é, os equipamentos expressivos de que se servem na execução da sua *performance*.” (Silva, 2009: 305).

Os membros do partido, para acentuarem e confirmam a sua encenação, eles podem usar vestuário e linguagem tanto oral quanto gestual.

Goffman (1993) identifica os elementos que auxiliam esses indivíduos nas suas representações quotidianas. Assim, a *fachada* é a parte do desempenho do indivíduo que funciona regularmente de forma geral e fixa com o fim de definir a situação para os que observam a representação. Portanto, é o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconscientemente empregado pelo indivíduo durante a representação. Na fachada pessoal pode-se incluir “distintivos da função da categoria, vestuário, sexo, idade e características raciais, altura e aparência; atitude, padrões de linguagem, expressões faciais, gestos corporais e coisas semelhantes”, (*Idem*, 1993: 31).

Assim, esses equipamentos decorrem dos *adereços pessoais*, que permitem identificar as pessoas. Estes incluem quer a *aparência* (tipo de roupas, postura, adereços, etc.), que indica o estatuto social da personagem; quer os *modos*, que indica o tipo de papel que o actor vai representar, (*Idem*, 1993).

Os membros dos partido RENAMO, estando em interacção com indivíduos no seus postos de trabalho, eles representam como se estivessem numa peça de teatro, procurando disfarçar a sua identidade política, usando “*máscaras*”. Desse modo, pelo medo de represália política, eles servem-se de várias técnicas e equipamentos para disfarçar a sua identidade. Eles usam vários *adereços pessoais*, de modo a convencer os indivíduos, com quem interagem, de que não são da oposição. Os gestos, a aparência, padrões de linguagem, vestuário e atitudes devem ser aqueles que os caracterizam como membros do partido no poder.

Goffman considera, ainda, a existência de *bastidores*, enquanto locais onde actores podem abandonar a “*máscara*”, mas onde o acesso de outros actores é limitado pelo estatuto da personagem representada (Goffman, 1993). Os membros da RENAMO podem revelar a sua identidade quando se encontram fora do seu posto de trabalho (*bastidores*) ou com pessoas as quais se sentem seguras para isso, aonde podem tirar as suas *máscaras*. É lá onde eles podem expressar, com liberdade, as suas identidades e as suas convicções políticas.

Por outro lado, os indivíduos manipulam a sua identidade caso sintam que possuem uma característica estigmatizante; assim, eles podem manipular a informação sobre essa característica, ocultando-a, revelando-a, mentindo ou escondendo, dependendo do espaço ou momento, (Goffman, 1988).

Mais ainda, a manipulação da sua identidade variará segundo o conhecimento ou desconhecimento que as pessoas, em sua presença, têm dele e também do seu próprio conhecimento do facto. Portanto, o conceito de estigma também será importante para a interpretação dos dados da pesquisa; sendo que este autor a define como uma “situação do indivíduo que está inabilitado para aceitação social plena”, (*Idem*, 1988: 4).

Do mesmo modo, o facto de se pertencer a um partido da oposição pode apresentar-se como um estigma, de modo que os membros da RENAMO podem manipular a sua identidade política dependendo do espaço ou momento em que se encontram ou, ainda, se estão em presença de pessoas que sabem ou não dessa identidade. Desse modo, entender-se-á que os membros da RENAMO estão numa situação em que não são aceites plenamente na sociedade.

Segundo Goffman, “dentro das paredes do estabelecimento social encontramos uma equipe de actores que cooperam para apresentar à plateia uma dada definição da situação”, (*Idem*, 1993: 218). A vida parece um desfile de máscaras, atrás das quais os indivíduos se escondem, escondendo a sua própria identidade, o seu próprio rosto, (*Idem*,

1993). Descobre-se, deste modo, uma natureza que calcula e crê fazê-lo agir por raciocínio, Silva (2007).

O trabalho parte do ponto de vista de que, com o medo de represália, portanto, de perder o emprego, de não ser promovido, perder o cargo ou de não conseguir um emprego no Aparelho do Estado, os membros do partido RENAMO agem com uma natureza calculadora, procurando esconder a sua identidade, com a intenção de convencer o outro de que possuem o perfil identitário exigido pelo partido no poder. Para tal, esses indivíduos usam de todos os mecanismos ao seu dispor para assumir a identidade de um verdadeiro membro do partido no poder, FRELIMO.

Esses membros do partido RENAMO, por exemplo, participam em reuniões do partido, usam símbolos que os identifica com o partido, usam termos que tradicionalmente são usados no seio do partido, evitam falar mal do governo no seus postos de trabalho ou quando se encontram em lugares em que os membros da FRELIMO podem frequentar. Ai, nos seus postos de trabalho, eles usam as suas máscaras, de modo a representar de acordo com o que a plateia espera deles.

Por outro lado, quando eles estão em lugares em que se sentem seguros para expressar-se ou com pessoas as quais confiam, revelam a sua identidade social real. Nesses espaços, os membros do partido RENAMO falam das suas opiniões em relação ao governo, fazem as suas críticas, portanto, eles têm a liberdade de expressar tudo quanto pensam, sejam críticas ou elogios. Nesses espaços, eles podem tirar as suas máscaras e parar de representar, como têm que fazer quando estão nos seus postos de trabalho ou em lugares em que se sentem inseguros.

Assim, pode-se entender que esses indivíduos para fazerem acreditar a sua plateia (os seus colegas de trabalho e o seus superiores hierárquicos) de que pertencem ao partido no poder, eles possuem a *fachada*, um conjunto de equipamentos para mostrar que são membros da FRELIMO, fazendo o uso de *adereços pessoais* para mostrar com maior evidência de que pertencem ao partido. Quando esses membros da RENAMO sentem que

estão em espaços que o acesso dos seus colegas de trabalho e do seu patronato – a plateia do seu local de trabalho – é limitado, eles podem deixar de representar e deixar de lado as suas *máscaras*, deixando, assim, todos os *adereços pessoais*; neste momento eles se encontram nos *bastidores*.

2.4 Definição de Conceitos

Nesta parte do trabalho, definem-se os principais conceitos que permitiram uma melhor compreensão do presente estudo. Os conceitos a serem definidos são: *represália política*, *medo social* e *identidade*.

Represália política

Segundo Bobbio, Matteucci e Pasquino, a *represália política* “é uma resposta por meio violento e coercitivo a uma violência ou acto ilícito sofridos”, (Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1983: 1099).

Segundo Raymon Aron *apud* Bobbio, Matteucci e Pasquino (1983), a interpretação de represália política como “sanção” contra actos ilícitos não é senão uma ficção jurídica, porque os soldados e diplomatas, quando fazem uso da força, nunca julgaram agir como “funcionários da justiça”, encarregados de uma execução decretada por um tribunal.

A pesquisa tomará o conceito de represália política no sentido de sanção ou vingança por um acto que se tenha sentido prejudicado ou em desvantagem. Isto é, pelo facto de membros do partido RENAMO, que é um partido da oposição, assumirem cargos ou terem acesso ao emprego no Aparelho do Estado, isso representa, para o partido no poder, uma desvantagem ou um prejuízo, dado que isso vai contra as estratégias partidárias de restringir esses benefícios aos seus militantes e de desencorajar a aderência aos partidos da oposição. Assim, quando surgem situações em que indivíduos de partidos da oposição ocupam cargos ou têm empregos no Aparelho do Estado, o partido no poder

sanciona esses indivíduos pela perda do cargo ou de emprego ou, ainda, pela sua marginalização no âmbito laboral, isto é, a perda de oportunidades para beneficiar-se de possíveis oportunidades, tais como promoções, capacitações, bolsas de estudo, etc. Portanto, os membros do partido RENAMO, ao serem sancionados por ocuparem cargos e terem emprego no Aparelho do Estado, sendo da oposição, eles estão a sofrer represália política. Os indicadores para este conceito são perda de empregos, perda de cargos, transferências indesejadas e limitações no acesso a benefícios no local de trabalho. Diferente de Bobbio, Matteucci e Pasquino (1983), eles não estão sendo sancionados por um acto considerado juridicamente ilícito, mas por vingança política, que não é juridicamente/legalmente aceite, como fez referência Raymond Aron *apud* Bobbio, Matteucci e Pasquino (1983).

Medo social

Segundo Atcheson (2008), medo é um sentimento de ser intimidado ou levar-se a sentir-se inseguro a respeito de uma situação, emoção ou um objecto. É uma coisa pessoal: aquilo que assusta uma pessoa pode ser indiferente para outra. Nesse sentido, o medo é apresentado como uma emoção sentida individualmente, pessoal, e que pode não ter regularidade, portanto, é momentâneo. Da mesma opinião é Charles Darwin, que entende o medo como um sentimento que inibe a acção e evita a mudança. Assim, segundo este cientista, o medo acontece em situações súbitas e de perigo, (Charles Darwin *apud* Barbalet, 1998).

Nesta linha de medo como uma emoção relacionada com o perigo, temos Kemper (1978) *apud* Barbalet (1998) que, segundo ele, as condições estruturais de insuficiência de poder ou o excesso de poder do outro é que dão origem ao medo. Portanto, há um sentimento de impotência do sujeito diante de uma situação que considere como perigosa.

Porém, segundo Lazarus (1984) *apud* Barbalet (1998), embora o medo surja mais como reacção emocional, pode ter determinantes complexas, simbólicas, sociais e físicas. São os determinantes sociais que o presente trabalho se interessa. Nesse sentido, Barbalet (1998) refere que medo social é o medo que tem um objecto social e que é sentido e partilhado por membros de uma colectividade social. Assim, este autor acrescenta que “o medo de desemprego é um medo social devido ao facto de um número de indivíduos terem um medo semelhante, e pode por isso ser colectivo, identificado por um medo comum do desemprego”, (Barbalet, 1998: 230).

Segundo Dias (2006), medo social diz respeito ao medo que o sujeito difusamente sente, com uma regularidade temporal, semelhante ao que outros que fazem parte do mesmo sistema relacional ou social também experimentam. Este autor vê o medo como algo que advém das relações de poder desequilibradas em qualquer dos campos da acção humana, havendo actores que nos sistemas sociais mais dele se beneficiam, e outros que por ele se deixam dominar.

Não se pretende aqui fazer-se uma análise do medo a nível psicológico, portanto, não se fará uma abordagem do medo relativo a um só indivíduo, que varia de pessoa para pessoa. Será um medo diferente do que faz referência Atcheson (2008). Será o medo proposto por Lazarus (1998) *apud* Barbalet (1998), o qual tem determinantes sociais.

Para o presente trabalho, medo, como o que refere Dias (2006) e Barbalet (1998) ele não se relacionará ao medo individualmente sentidos e sem regularidade. O medo será concebido como algo que um determinado grupo partilha, com determinada regularidade. O medo será tratado como algo que tem origem na represália às quais os membros do partido temem em conjunto e com regularidade. Por outro lado, ele será também entendido como Kemper *apud* Barbalet (1998) definiu, o medo é encarado como um sentimento de impotência, mas também de insegurança, Atcheson (2008), diante duma situação que se considere perigosa.

Assim, o partido no poder, na necessidade de não perder o poder político, cria condições de modo a intimidar os membros da RENAMO de perderem o emprego, de não serem promovidos ou de não puderem conseguir emprego por conta de pertencerem a um partido da oposição, o que desperta neles um sentimento de impotência, diante dessa situação à qual eles consideram perigosa. Tal impotência é demonstrada pelo facto de não puderem fazer nada face à situação. Assim, pode-se entender que o medo é produzido numa relação política de poder, em que o partido no poder tira benefícios desse medo, constringendo, desse modo, os membros da RENAMO a criarem meios de escaparem dessa situação de medo. Esse medo é indicado pelo receio de os membros da RENAMO não revelarem as suas identidades políticas nos seus locais de trabalho, de modo a não sofrerem represália.

Identidade

Segundo Pimenta (2010), *identidade* vem do latim escolástico “*identitate*”. A palavra foi tomada a partir do *idem*, o mesmo, a mesma; *entitas*, significa entidade, ser.

Segundo Boudon (1990), identidade é a habilidade de uma colectividade para reconhecer-se como um grupo; qualificação do princípio de coesão assim interiorizado (identidade étnica, identidade local, identidade profissional); recurso que daí decorre para a vida em sociedade e a acção colectiva.

Segundo Hall (1998), a identidade é uma interacção do sujeito com outros sujeitos e com a cultura na qual se está inserido. Portanto, a identidade é aqui entendida como um processo de construção que envolve o sujeito e a estrutura social. Partindo da mesma perspectiva, Castells (1997) e Giddens (1997) *apud* Godinho (2008) acrescentam que os indivíduos negociam estilos de vida como parte da sua auto-identidade.

Por sua vez, Goffman (1988), compreende como produto social, não pode ser concebida através de atributos essenciais, mas ocasionais. Ainda Goffman *apud* Castelo Branco, (A

Construção da Identidade: Tentativa de Empreender um Diálogo Sobre a Temática), diz que “a identidade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para membros de cada uma dessas categorias”. Assim, resultam desses atributos dois tipos de identidade, a identidade social *virtual* e *real*.

Assim, segundo Goffman (1988), *identidade social virtual* seria aquela imputada pela sociedade, de acordo com as categorias e atributos esperados por esta; enquanto que a *identidade social real* seria o que o indivíduo efectivamente prova possuir.

Berger e Luckman (1997) e Hall (1998) *apud* Castelo Branco, (*A Construção da Identidade: Tentativa de Empreender um Diálogo Sobre a Temática*) apresentam um conceito de identidade que se baseia numa relação entre estrutura social e indivíduo. Enfocam a identidade como sendo um elemento chave da realidade subjectiva, colocando-a em relação dialéctica com a sociedade. Desde cedo, o indivíduo vai interiorizando e adoptando os papéis e atitudes de outras pessoas, que se configuram como significativas; é através desta identidade com os outros que o indivíduo passa a identificar-se, a adquirir uma identidade subjectiva. É um processo que se dá através de uma dialéctica entre a identidade atribuída pelos outros e a identidade de que ele subjectivamente se apropria. É através da dialéctica eu-outros que a identidade é mantida, modificada ou remodelada. Assim, não só a estrutura social age sobre as identidades como estas reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a ou mesmo remodelando-a.

No contexto da presente pesquisa, identidade será entendida, especialmente, no sentido em que Goffman (1988) e Goffman *apud* Castelo Branco, (*A Construção da Identidade: Tentativa de Empreender um Diálogo Sobre a Temática*) definem. Porém, não se pode deixar de lado a relação entre a sociedade e o indivíduo trazidas por Castelo Branco (*A Construção da Identidade: Tentativa de Empreender um Diálogo Sobre a Temática*) e Hall (2001). Assim, entender-se-á, primeiro, que existe uma relação entre a estrutura

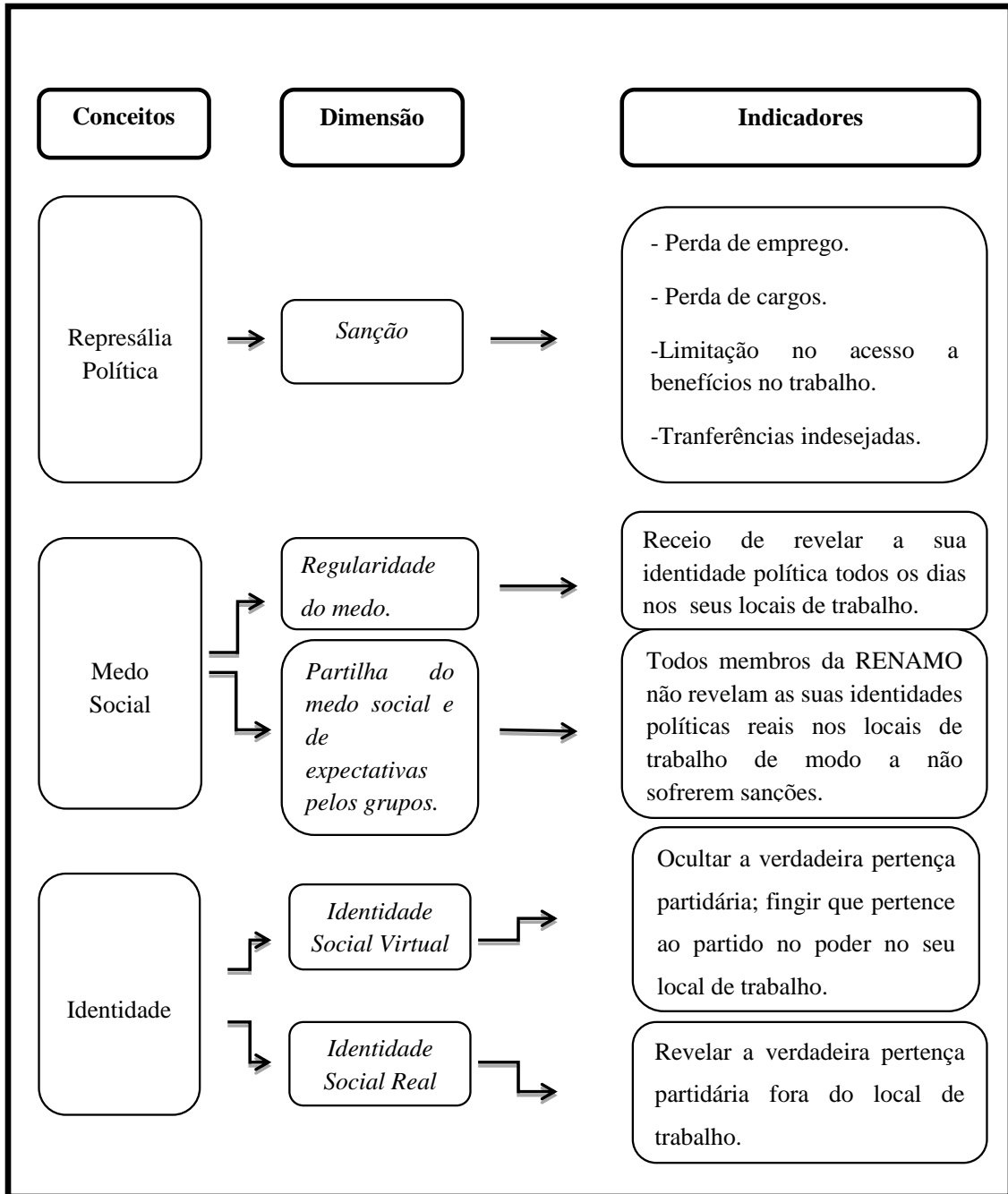
social e cada membro do partido, existindo uma relação dialéctica entre a sociedade e os membros do partido na formação das suas identidades.

Assim, ao mesmo tempo que os membros do partido RENAMO sofrem influência da sociedade (as pressões e ameaças de represália por parte do poder político) na formação das suas identidades, existe também uma identidade de que os membros subjectivamente criam de si mesmos. Inclui-se aqui também a ideia de negociação de estilos de vida para a formação da auto-identidade; o que significaria que na formação da identidade, os indivíduos também possuem certa liberdade de reflexividade.

Pode-se aqui também fazer uma articulação com os conceitos de Goffman de *identidade social virtual* e *identidade social real*. Nesse sentido, os membros do partido podem, pelo medo de represália e pelas pressões do poder político, possuir uma determinada identidade social (que é desejada pela estrutura política), a qual seria a sua identidade social virtual; por outro lado, podem, num outro contexto social, possuir uma outra identidade, com qual mais se caracterizam, portanto, a sua identidade social real.

Por sua vez, *manipulação de identidade* será entendida no sentido em que Erving Goffman concebe o conceito de identidade, em que o indivíduo a muda de acordo com a ocasião, dependendo dos objectivos que pretende alcançar e da imagem que pretende transmitir às pessoas com quem interage. Portanto, os indivíduos possuem uma identidade social virtual e uma identidade social real, a qual as manifestam de acordo com o contexto em que se encontram e com os objectivos que pretendem alcançar.

2.5 Modelo de Análise



CAPÍTULO III

METODOLOGIA

Neste capítulo, apresentam-se os métodos e critérios de pesquisa que foram usados na elaboração do trabalho. Assim, são expostos os *métodos de abordagem e de procedimento, as técnicas de pesquisa, a delimitação do universo de pesquisa, a amostragem e as limitações do estudo*, aonde são apresentadas as dificuldades encaradas durante a pesquisa e os meios pelos quais foram ultrapassadas.

Importa referir que, para além dos métodos que se apresentam neste capítulo, a pesquisa bibliográfica é um meio que correspondeu à primeira fase do estudo. Assim, essa busca foi realizada especialmente na Biblioteca Central Brazão Mazula, da Universidade Eduardo Mondlane, na Biblioteca do IESE, na Biblioteca do Women and Law in Southern Africa (WLSA) e na Internet. Assim, seguiu-se a leitura e análise dos textos mais adequados para a elaboração do presente trabalho.

A indicação de obras referentes ao medo social, por parte de alguns pesquisadores, teve importância fundamental no enriquecimento da revisão da literatura; a ajuda para encontrar trabalhos que fazem referência à represália política no Aparelho do Estado foi igualmente determinante para prosseguir com a pesquisa.

3.1 Método de Abordagem e de Procedimento

No que respeita ao método de abordagem, o trabalho faz o uso do método fenomenológico. Neste método, segundo Gil (1999), a realidade é entendida como o que emerge da intencionalidade da consciência voltada para o fenómeno. A realidade é o compreendido, o interpretado, o comunicado. “Não existe, na fenomenologia, uma única realidade, mas tantas quantas forem suas interpretações e comunicações”, (Bicudo, 1994: 18 *apud* Gil, 1999: 33). Esse método é adequado ao estudo devido ao facto de a pesquisa

procurar compreender a influência do medo sobre as identidades de indivíduos. Dependendo de cada indivíduo, e das suas vivências, as influências podem ser diferentes, podendo também existir realidades diferentes. Para cada um dos indivíduos, o medo pode ter influências diferentes na expressão da sua identidade.

Em relação ao método de procedimento, a pesquisa trabalhou com o método monográfico. Este método parte do princípio de que o “estudo de um caso em profundidade pode ser considerado representativo de muitos outros ou mesmo de todos os casos semelhantes” (GIL, 1999: 35).

Ao se analisar as influências do medo sobre as identidades dos membros do partido, assumiu-se que membros de outros partidos políticos ou grupos semelhantes partilham das mesmas características. Os membros dos partidos da oposição, em Moçambique, ao se confrontarem com o medo de represália política, eles manipulam a sua auto-identidade, fingindo que são membros do partido no poder, FRELIMO, de modo a não sofrerem as sanções a que podem estar sujeitos caso descubram que pertencem à oposição.

3.2 Técnicas de Pesquisa

Nesta secção faz-se a abordagem das técnicas de recolha de dados usadas na pesquisa. A entrevista foi a técnica usada nesta pesquisa. Segundo Lakatos e Marconi, a entrevista é uma “conversa efectuada face-a-face, de maneira metódica, que proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária”, (Lakatos e Marconi, 1992: 107). Esta técnica foi a privilegiada pelo trabalho, dado que permitiu a recolha de informação de forma mais precisa e profunda. Especificamente, foi usada a entrevista semi-estruturada, que é, como referiu Moreira e Caleffe (2006), um meio-termo entre a entrevista estruturada e a entrevista não-estruturada, a qual inclui os temas a serem discutidos na entrevista, mas o entrevistado é livre de desenvolver as questões da maneira

que quiser. Esse tipo de entrevista foi adequado ao trabalho, dado que, para além de dar a oportunidade de esclarecer qualquer tipo de pergunta, (Moreira e Caleffe, 2006), permitiu respostas abertas e que possibilitaram obter informação mais detalhada por parte dos entrevistados.

As perguntas as quais não tinham sido antecipadamente formuladas no questionário foram possíveis graças à flexibilidade a que este tipo de entrevista permitiu, especialmente as relacionadas com o *perfil demográfico* dos entrevistados e as que se referiam ao *medo de represália*.

Um outro motivo pelo qual a *entrevista* foi escolhida como a técnica mais adequada foi o facto de permite obter informação em maior quantidade e especificidade e que pode ser feita onde os informantes se sintam confortáveis e seguros.

A entrevista foi dirigida aos membros do partido RENAMO que são funcionários do Aparelho do Estado. Foi possível entrevistar 10 membros da RENAMO. No geral, por meio dessas entrevistas, foi possível obter toda a informação que estava prevista e outras que foram necessárias no momento da entrevista; embora alguns entrevistados tivessem certo receio de aprofundar as suas respostas. Basicamente, obteve-se informações relacionadas com o *perfil demográfico* dos entrevistados, *a vida laboral* e as relacionadas com *medo de represália política* no Aparelho do Estado.

3.3 Amostra e Tipos de Amostragem

Esta secção está reservada à exposição dos critérios que a pesquisa usou para a selecção dos participantes nela. Assim, é feita a apresentação do universo dos participantes, número de participantes nas entrevistas, o tipo de amostra usada e os tipos de estratégia de amostragem usada na pesquisa.

A pesquisa focalizou os membros do partido RENAMO, que trabalham no Aparelho do Estado e que residem na cidade do Maputo. Embora se pudesse fazer entrevista em qualquer outra cidade ou Província do país, a escolha da cidade de Maputo foi devida à facilidade de acesso aos entrevistados. Desse universo, definiu-se como amostra 10 membros do partido RENAMO.

O tipo de amostra usada foi a *amostra intencional*, que, segundo Moreira e Caleffe (2006), é aquela em que a amostra é seleccionada levando-se em consideração as pessoas que podem efectivamente contribuir para o estudo, e que o pesquisador pode aprender muito sobre as questões essenciais para o propósito da pesquisa. A escolha desse tipo de amostra foi adequada porque o propósito da pesquisa era, essencialmente, buscar informantes que fossem contribuir para o conhecimento profundo do tema em pesquisa.

No que respeita ao tipo de estratégia de amostragem, foram combinadas a amostragem por *conveniência* e a amostragem de *bola-de-neve ou em série*. A *amostragem por acessibilidade* ou por *conveniência*, permite que se seleccione os elementos a que se tem acesso, admitindo que esses possam representar o universo, (Gil, 1999). Por outro lado, este tipo de amostragem permite economizar tempo, dinheiro e esforço, mas permite também a busca de informação credível, Moreira e Caleffe (2006).

Este tipo de amostragem é adequado à essa pesquisa dado ao facto de tratar-se de um estudo qualitativo, o qual não necessita de elevado nível de precisão estatística e também de permitir encontrar alguns informantes que o pesquisador tinha maior acesso e que eram mais fáceis de encontrar.

A amostragem por *bola-de-neve ou em série*, segundo Moreira e Caleffe (2006), permite localizar informantes-chave que possuem informações ricas ou então para localizar casos críticos. Esse tipo de amostragem permitiu, pela indicação que cada membro da RENAMO ia dando de outros membros que estavam na mesma situação que eles, encontrar vários informantes. Depois de implementados esses tipos de amostragem, foi possível entrevistar 10 membros da RENAMO, funcionários do Aparelho do Estado.

Dado ao facto de ter-se encontrado dificuldade de encontrar funcionários do Aparelho do Estado que admitissem que eram membros da RENAMO, os dois tipos de amostragem empregados foram importantes na medida em que ajudaram a identificar todos os entrevistados.

Para o presente trabalho, a identificação dos entrevistados foi feita com nomes fictícios, de modo a evitar a exposição dos mesmos.

3.4 Dificuldades do Campo

Importa referir que, durante a elaboração do estudo, enfrentaram-se alguns problemas, dos quais se passa a referir:

A primeira dificuldade enfrentada foi encontrar funcionários do Aparelho do Estado que assumissem que fossem membros do partido RENAMO, facto que significou perda de muito tempo na recolha de dados. Foi possível ultrapassar esse problema recorrendo-se às pessoas que conheciam funcionários do Estado que eram membros da RENAMO, os quais indicaram outros membros que também eram funcionários do Estado.

Pelo facto de se tratar dum assunto que ainda é tido como uma problema no país, a liberdade de expressão política, encarou-se muita dificuldade na recolha dos dados, visto que muitos entrevistados temiam que as suas identidades fossem divulgados aos seus superiores e, com isso, sofressem represálias. Todavia, depois de alguma insistência e de se provar que a pesquisa tem somente um fim académico, foi possível colher dados, embora alguns se mantivessem, de algum modo, relutantes e fornecessem informações superficiais.

Dificuldade na recolha de dados por meio de credenciais nas instituições do Aparelho do Estado. Primeiro, porque algumas instituições não permitiram que se realizassem entrevistas. Segundo, porque, nas instituições que aceitaram, os funcionários recusaram-se em conceder entrevistas. Por esse motivo, foi necessário que se recorresse à amostras

por conveniência e bola-de-neve ou em série, o que permitiu concretizar a recolha de dados.

CAPÍTULO IV

APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo faz-se a exposição dos principais resultados daquilo que foi a recolha de dados e a conseqüente análise dos mesmos. Assim, em primeiro lugar, apresenta-se o perfil sócio-demográfico e caracterização dos entrevistados; em seguida, faz a apresentação dos dados que demonstram que os membros da RENAMO temem represália política caso revelem as suas identidades partidárias; depois faz uma análise do medo social de represália política e a auto-identidade dos entrevistados, sempre estabelecendo uma articulação com os dados recolhidos. Ao mesmo tempo que se apresentam os dados, analisam-se à luz do quadro teórico e conceptual.

4.1 Perfil dos Entrevistados

Dos 10 funcionários entrevistados, as idades variam de 27-50 anos. Assim, os entrevistados apresentam as seguintes idades: um tem 27 anos, um tem 29, um tem 30 anos, um 32, um 33 anos, um tem 39 anos, dois têm 43 anos, um tem 49 anos e um 50 anos; dos 10 entrevistados, somente dois (2) eram do sexo feminino. Residem em bairros considerados periféricos da cidade de Maputo, como 25 de Junho, Zimpeto, Hulene, Nkobe, Mahlampsene e Laulane. No que respeita ao estado civil, dois são solteiros, um viúvo, quatro são casados e três vivem em união de facto; nove (9) têm filhos e família para cuidar e somente um não tem filho. Sete (7) possuem nível superior e três (3) possuem nível académico médio.

Todos só trabalham como funcionários do Estado, não tendo outra ocupação, para além dessa. O tempo que exercem funções no Aparelho do Estado varia de 6 meses aos 30 anos. Nove (9) ingressaram por meio de concurso público, excepto um (1), que é militar, o qual foi por recrutamento militar, em 1981.

Oito (8) afirmaram serem simples funcionários, sem cargo nenhum e um (1) ocupava cargo de chefia e outro era Tenente Oficial das Forças Armadas, e que tinha sido promovido de Intendente para Tenente.

Dos entrevistados, oito (8) afirmaram que tiveram empregos anteriores, sendo que o emprego que tinham não era o primeiro. Apenas dois entrevistados afirmaram que nunca tiveram outro emprego, o emprego no Aparelho do Estado era o primeiro.

Todos os funcionários entrevistados afirmaram serem membros do partido RENAMO, partido da oposição. De todos eles foi possível notar que, por pertencerem a RENAMO, viam isso como uma ameaça para a sua permanência no emprego, no cargo ou para uma carreira promissora.

4.2 Represália Política e Medo Social

Na presente secção, analisa-se a relação existente entre represália política e o medo existente no seio dos membros do partido RENAMO. Para tal, apresentam-se os dados da entrevista que mostram a existência do medo no seio desses indivíduos e da relação desse medo com a represália política. Enquanto se apresentam os dados, faz-se também a sua interpretação com o quadro teórico e conceptual, e se estabelece uma comparação com as ideias de alguns autores presentes na revisão da literatura.

Pode-se constatar, através dos dados obtidos no campo, que o facto de se pertencer a um partido da oposição é um factor que pode criar determinados problemas ao nível social, económico e político. Um dos principais problemas está relacionado com a segurança no emprego, especialmente no Aparelho do Estado. Como referiram alguns dos entrevistados:

“No país em que estamos, não posso revelar que sou da RENAMO. Nunca sofri qualquer represália, mas porque nunca revelei que sou da oposição [...] Mas, logo

que souberem que sou desse partido [RENAMO], de certeza que terei problemas. Conheço pessoas, e até alguns amigos, que perderem empregos ou cargos, por serem da RENAMO”, [Daniel, 30 anos].

“Tenho medo de assumir que sou membro do partido RENAMO ou dizer algo contrário ao partido no poder e acabar perdendo o emprego ou ser desacreditada, como aconteceu com muitos” [Manuela, 39 anos].

De acordo com os depoimentos acima expostos, pode-se entender que o medo de represália não é simplesmente uma criação dos membros da oposição, mas também pelas experiências que algumas pessoas, conhecidas deles, já tiveram. O pertencer a um partido da oposição é como um estigma que impede que se aceda a cargos e a empregos no Aparelho do Estado.

À luz da teoria de Goffman (1988), “o indivíduo estigmatizado pode apresentar a outras pessoas um “eu” precário, sujeito ao insulto e ao descrédito”. Do mesmo modo, os funcionários do Aparelho do Estado, membros da RENAMO, pelo medo que têm de serem desacreditados e, conseqüentemente, de sofrerem represálias políticas, por saberem que possuem uma característica estigmatizante, sentem-se constrangidos a ocultar as suas identidades políticas reais.

Ainda segundo Goffman, o desempenho é “socializado”, moldado e modificado de maneira a adaptar-se à interpretação e expectativas da sociedade em que se apresenta [...] A tendência dos actores para proporcionarem aos espectadores uma impressão idealizada”, (*Idem*, 1993: 49).

Pelo facto de os membros da RENAMO terem consciência de que, caso revelem as suas identidades partidárias nos seus postos de trabalho, podem acabar com as expectativas que têm deles, eles optam por ocultar as suas identidades, dado que temem pela represália política. Eles procuram continuar a proporcionar aos seus espectadores a impressão

idealizada; isto é, procuram continuar a manter a impressão de que pertencem ao partido no poder, visto que é isso que os seus superiores hierárquicos esperam deles.

A pertença a RENAMO é tida como uma ameaça à expectativas que a sociedade tem desses indivíduos. Os membros da RENAMO não podem mostrar aquilo que, na realidade, são; eles têm a necessidade de mostrar a aparência idealizada deles, de modo a induzir a credulidade dos seus colegas de trabalho. Caso essa aparência idealizada esteja ameaçada, isso pode significar represália política; daí o medo dos membros da RENAMO em revelar as suas identidades políticas.

Alguns autores, anteriormente referidos, fazem referência ao facto de o partido no poder, no acesso ao emprego e cargos, só beneficiar aos seus militantes. Pereira (2008) diz que as relações entre membros do partido são mais importantes do que as relações oficiais formais, o que resulta na exclusão daqueles que não pertencem ao partido. Por sua vez, Groelsema, Turner e Shenga (2009) afirmam que se multiplicam os apelos à fidelidade partidária das pessoas como base para o recrutamento, promoções e garantias de emprego; ou quando Mazula (2000) diz que os partidos da oposição queixam-se que não têm acesso a cargos directivos no Aparelho do Estado ou, ainda, quando Osório e Cruz e Silva (2009) referem que, no Distrito de Tambara e Machaze, em Manica, a ocupação de cargos, para participar ou ter acesso a benefícios no Aparelho do Estado, é preciso ser membro do partido no poder.

No artigo “*7 Milhões: Revisão do Debate e Desafios para a Diversificação da Base Produtiva*”, Forquilha (2010) *apud* Sande (2011), diz que ao invés de os 7 milhões serem um instrumento para a redução da pobreza, eles são um instrumento, na mão do governo, representado pelo partido no poder, para conquistar espaço político, redistribuir rendimento para os seus membros, indivíduos e grupos de cidadãos leiais ou que se identifiquem com a sua causa.

Como se pode ver, mais uma vez, se está diante daquilo a que Forquilha (2007) chamou de neo-patrimonialismo. Existe uma discriminação, com critério baseado na pertença

partidária, daqueles que podem ou não obter benefícios do Estado. Todavia, não se trata somente de beneficiar os membros do partido no poder, mas também de sancionar os que pertencem à oposição. Por causa da forte influência do partido no poder na administração do Estado, encontram-se situações em que, quando os superiores hierárquicos dos sectores do Aparelho do Estado têm conhecimento de que um funcionário é militante de um outro partido que não seja a FRELIMO, este fica sujeito a perda do cargo que ocupa, marginalização no trabalho ou, em casos extremos, perda de emprego.

Como fez referência, ainda, Forquilha (2007), os munícipes de Chimoio, Gurué, Monapo, Nacala-Porto e Vilanculos não apresentam queixas relacionadas com a corrupção porque têm medo de serem conotados com um partido da oposição, facto que pode conduzir à represália, que se manifesta sob a forma de exclusão política. Por sua vez, Forquilha (2010) *apud* Sande (2011) diz que, como consequência do facto de o partido no poder só atribuir benefícios do Estado aos seus militantes, surge um Estado caracterizado pela exclusão social, económica e política, pois o critério de pertença ao partido é o que mais domina para a participação e emancipação dos cidadãos, quer economicamente quer politicamente.

No caso específico do trabalho, foi possível verificar que os funcionários do Aparelho do Estado, membros do partido RENAMO, encontram-se em situação semelhante. Pelo facto de estes pertencerem à oposição, eles temem represálias políticas, o que implicaria a exclusão social – possível perda de emprego, perda do cargo que ocupa, perda de promoções, transferências indesejadas, etc.

Diante desse neo-patrimonialismo, Forquilha (2007), e dessa exclusão a que os membros da oposição são sujeitos, pode-se dizer que se está diante de uma *represália política*. De acordo com o conceito de Raymond Aron *apud* Matteucci e Pasquino (1983), *represália política* é uma “sanção” ou vingança política, que não é juridicamente/legalmente aceite. Nesse sentido, pode-se ver que a *represália política* é traduzida, com frequência, pela perda de emprego, pela perda de confiança política, perda de certos privilégios, perda de

cargos no posto de trabalho, que são sanções que o partido no poder aplica aos membros da RENAMO por estes serem da oposição, portanto, vistos como hostis, por não fazerem parte do seu grupo político.

Essa represália política ficou também demonstrada pelas revelações feitas pelos membros do Aparelho do Estado que eram membros da RENAMO. Em primeiro lugar, pela dificuldade que estes impunham de revelar as suas identidades já deixava implícito certo receio ou medo de alguma consequência. Por exemplo, em uma das instituições em que se fez pedido para recolha de dados, o pedido foi recusado, alegando-se que a instituição lida com ensino e não podia permitir que se fizesse um trabalho de natureza política, embora já tivessem sido explicados sobre o objectivo do estudo; por outro lado, nas instituições em que o pedido foi aceite, todos os funcionários recusaram-se em fazer entrevista, dizendo que não queriam falar da sua vida política.

Somente quando foi possível encontrar, fora das instituições, quem quizesse fazer entrevista, é que foi possível entender que todo esse receio era justificado pelas consequências que implicavam caso os seus superiores hierárquicos descobrissem quais as suas reais identidades políticas. Quase todos deixaram claro que a pertença à RENAMO, como um partido político da oposição, significava correr riscos de sofrer sanções nos seus locais de trabalho.

“Não podem descobrir que sou da oposição porque tenho muita coisa a perder [...] Estou prestes a me reformar, se souberem que sou da RENAMO, serei conotado como traidor e perco a minha reforma” [Acácio, 49 anos].

“Eu conheço alguém que já perdeu o emprego quando descobriram que não era um dos “camaradas”¹ [...] Mesmo agora, eu não devia estar a dizer-te o nome do meu partido, é um risco que eu corro no trabalho [Manuela, 39 anos].

¹ Referência a quem é membro do partido FRELIMO, partido no poder.

“Sobre essas coisas de política, é melhor falarmos num lugar onde ninguém me conhece. Não quero perder o meu pão. Lá no meu serviço, nem pensar; lá eu assumo como sendo da FRELIMO”, [Genito, 27 anos].

Portanto, encontra-se aqui patente um certo receio de se revelar a identidade partidária pelas consequências que se podem acarretar por essas revelações. Está-se diante de uma situação de represália política, em que a simples pertença a um partido da oposição é motivo de sanções por parte de um partido que detém o controlo do Estado; um partido que faz uso dos meios do Estado como uma forma de obter benefícios para os seus militantes e, ao mesmo tempo, para usar como forma de estratégia partidária. Assim, pode-se ver que é uma situação de neo-patrimonialismo, como referiu Forquilha (2007). Segundo Vaux *apud* Pereira, 2008 essa represália é auxiliada pelos amplos poderes que a Constituição dá ao presidente, o qual é usado para apoiar os simpatizantes da FRELIMO, impedindo o desenvolvimento das funções estatais independentes.

Por outro lado, a represália política está relacionada com um certo medo por parte dos membros do partido no poder. Pelo facto de as suas identidades políticas reais implicarem consequências negativas ao nível dos seus postos de trabalho, surge no seio desses membros da RENAMO um certo sentimento de medo.

Segundo Kemper *apud* Barbalet (1998), o medo é um sentimento de impotência do sujeito diante uma situação que considere como perigosa. Comparando com os dados obtidos no campo, pode-se dizer que os membros da RENAMO também se encontram na mesma situação de medo. Um indicador desse medo é o facto desses indivíduos esconderem a sua identidade política quando se encontram nos seus locais de trabalho, o que significa que a revelação das suas identidades pode implicar consequências não desejadas, o que os deixa num estado de impotência em relação à essas mesmas consequências. Assim, por recear tais consequências – isto é, perda de emprego ou do cargo, perda da confiança por parte dos superiores hierárquicos e de serem marginalizados nos seus espaços laborais – eles sentem-se impotentes para revelar as suas identidades. Por exemplo, quando

questionados “*Porque não revelavam as suas identidades no local de trabalho*”, obtiveram respostas como:

“Se eu dizer que pertenço a RENAMO lá no serviço, perco tudo. Seria conotado como traidor. Perco os benefícios que tenho. Tenho medo [...] Lá no Bairro posso já não conseguir certidões do bairro, terreno, etc.” [Daniel, 30 anos].

“Assumindo como sendo da RENAMO, tenho medo que os meus superiores não me dêem chances de promoção, de bolsas e que seja ignorado em termos de tarefa e trabalho. Tenho medo de não ser confiado, e de ser chamado de confuso” [Genito, 27 anos].

“Tenho medo que aconteça algo que prejudique a minha vida profissional, económica e social.” [Eleutério, 32 anos].

Os depoimentos acima expostos, revelam, com alguma clareza, que os entrevistados encontram-se dominados com o sentimento de medo, mesmo porque alguns deles afirmam isso. O facto de terem consciência dos perigos que correm, caso as pessoas do seu local de trabalho saibam que pertencem à oposição, isso os deixa impotentes, ou inseguros, como diria Atcheson (2008), para manifestarem a sua identidade política real, o que significa medo das represálias a que podem estar sujeitos.

Esse medo sentido pelos membros da RENAMO pode ser justificado pelo facto de que as suas identidades políticas serem características estigmatizantes, como foi anteriormente referido. Segundo Goffman, estigma “é a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (Goffman, 1988: 4). De acordo com o que foi apresentado acima, pode-se concluir que os membros da RENAMO não são aceites de forma plena, pela sua condição política; por pertencerem à oposição, eles são excluídos no que diz respeito às oportunidades ao nível laboral, no Aparelho do Estado.

Segundo Goffman (1988), os indivíduos manipulam a sua identidade quando possuem uma característica estigmatizante; eles podem manipular a informação sobre essa

característica, ocultando-a, revelando-a, mentindo ou escondendo, dependendo do espaço em que se encontram. Pelo facto da identidade política dos membros da RENAMO ser uma característica que pode os levar à represália política, por ser uma característica não desejada no seu local de trabalho, esses indivíduos sentem a necessidade de ocultar ou esconder o facto de pertencerem à oposição. Assim, a pertença à oposição é tida como uma característica estigmatizante, a qual leva aos membros da RENAMO a não revelarem a sua identidade política.

Para este autor, “a informação a respeito dos indivíduos serve para definir a situação, tornando os outros capazes de conhecer o que ele esperará deles e o que dele podem esperar, de modo a saber a melhor maneira de agir para obter resposta desejada”, (Goffman, 1993: 11); o indivíduo organiza o seu desempenho e exibição em intenção das outras pessoas (*Idem*, 1993). De acordo com os dados apresentados, pode-se ver que acontece o mesmo com os membros da RENAMO. Pelo conhecimento que eles têm de que o partido no poder, os dirigentes do governo, dificultam que membros de outros partidos ocupem cargos no Aparelho do Estado ou tenham acesso a um emprego no Estado, eles ocultam a sua identidade política de modo a obterem resposta desejada do patronato, que é o partido no poder.

Os membros da RENAMO, ao terem conhecimento de que não possuem os requisitos para obter resposta desejada, sentem a necessidade de ocultar a sua identidade política. Então, o comportamento desses funcionários da RENAMO é determinado pelas expectativas que o poder político tem deles; esses indivíduos comportam-se em intenção das outras pessoas.

“Em países de fraca produção económica como Moçambique [...] o Aparelho do Estado torna-se então um espaço privilegiado de acumulação rápida e fácil de riqueza e, conseqüentemente, de prestígio” (Mazula, 2000: 48). Nesse sentido, podemos entender que o Aparelho do Estado, não é somente uma fonte de sustento para a maioria dos empregados de Moçambique, mas uma fonte de riqueza e privilégio.

Dos dados colhidos nas entrevistas, nove dos entrevistados afirmaram que o seu emprego no Aparelho no Estado era a única fonte de renda e que tinham que cuidar de outros parentes, especialmente filhos; apenas um afirmou não ter família por cuidar. Assim, qualquer sinal de perda do emprego está relacionado com vários factores sociais, tais como a falta do sustento económico e perda do privilégio e prestígio social. Nesse sentido, quando um indivíduo, que pertencem a um partido da oposição e depende de um emprego no Aparelho do Estado para o seu sustento e da sua família, e sabe que a identidade partidária pode prejudicar o seu emprego, ele sente-se impotente, portanto, amedrontado diante da situação, o que aumenta a sua necessidade de não se revelar como membro da oposição. Como disse um dos funcionários entrevistados:

“Eu sei que a política em Moçambique é feita por interesse pessoal, as pessoas querem sempre obter ganhos económicos [...] A RENAMO não é diferente da FRELIMO e, se ainda pertença a RENAMO, é porque posso falar o que quero sem ser repreendido. Mas, cada vez que penso que posso perder o posto, caso descubram que sou da oposição, fico aterrorizado”, [Acácio, 49 anos].

Verifica-se que os indivíduos temem uma sanção ou vingança política devido a identidade política que possuem, Raymond Aron *apud* Bobbio, Matteucci e Pasquino (1983). A necessidade de ocultar a sua identidade política está ligada ao medo de represália política que os membros da RENAMO podem sofrer. E esse medo está especialmente relacionado com a perda do emprego, portanto, do sustento económico desses indivíduos.

Tratando-se de um trabalho ligado à Sociologia das Emoções², a secção que se segue mostra em que medida o medo de represália política sentido pelos membros da RENAMO é socialmente determinado.

4.3 O medo social de represália no seio dos membros da oposição.

Nesta parte do trabalho, mostra-se que o medo sentido pelos membros da RENAMO é social, portanto, partilhado por um determinado grupo social e determinado socialmente; isto é, não se trata de um medo sentido por um único indivíduo, mas que abrange todo os membros da RENAMO e tem origem na sociedade. Para tal, faz-se uma interpretação dos dados colhidos no campo com o quadro conceptual relacionado com o medo social e o quadro teórico.

Foi possível, de acordo com o exposto na secção anterior, demonstrar que os funcionários do partido RENAMO sentiam medo e que esse medo era resultado das consequências que a represália política podia ter nas suas vidas. Agora importa mostrar que esse medo é socialmente determinado e que se trata de *medo social*.

Antes de tudo, importa referir que, dos 10 funcionários da RENAMO entrevistados, todos demonstraram sentir medo, portanto, diante do mesmo perigo, de perda de cargos ou do emprego ou de qualquer represália política que as suas identidades políticas acarretassem, eles reagiam da mesma maneira, sentiam-se incapazes de enfrentar a fonte dos seus medos, razão pela qual ocultavam que pertenciam à oposição.

O medo demonstrado pelos membros da RENAMO tem determinantes sociais, Lazarus *apud* Barbalet (1998), visto que tem a sua origem em factores externos, nesse caso, um grupo político que procura intimidar um outro por meio de represália política. Por outro

² É uma sub-área da disciplina Sociologia. Estuda a emoção como fenómeno sociológico, procurando explicar ou compreender os mecanismos e estratégias emocionais que contribuem para a produção, manutenção e reprodução da ordem social.

lado, trata-se também do medo a que Dias (2006) se refere, o qual advém das relações de poder desequilibradas, havendo actores que nos sistemas sociais mais dele se beneficiam, e outros que por ele se deixam dominar ou esse medo tem origem na insuficiência de poder ou excesso de poder dos outros.

Vê-se, portanto, que existe um desequilíbrio nas relações de poder entre o partido no poder, a FRELIMO, e o partido da oposição, a RENAMO. Enquanto a FRELIMO detém o controlo do governo e, portanto, do Aparelho do Estado, a RENAMO detém pouco ou nenhum controlo directo sobre ele. A favor dos seus interesses, o partido no poder usa do poder que detém para intimidar os membros da RENAMO e alcançar os seus objectivos. A FRELIMO, ao deter o controlo sobre o Aparelho do Estado, usa desse poder para limitar os benefícios somente aos membros do seu partido e excluir os membros da RENAMO. Nesse sentido, os membros da RENAMO sentem-se intimidados de não puder usufruir desses benefícios caso descubram que não pertencem ao partido no poder. Desse modo, encontra-se aqui situação de medo que tem origem numa relação de poder desequilibrada entre dois grupos políticos, em que o que mais detém o poder é quem se beneficia em desfavor do grupo de que menos detém.

Existe uma tentativa de o poder garantir os seus interesses criando medo no seio de determinado grupo social. É algo semelhante ao que Dias (2006) fez referência, ao afirmar que o poder procura usar de todos os meios para assegurar que os seus interesses sejam alcançados. Nesse sentido, vemos que o partido no poder, ao criar o medo nos membros do partido da oposição, por meio de represália política, também procura assegurar-se que só os militantes do seu partido tenham acesso ao poder ou que seus interesses sejam alcançados. Como referiu um dos entrevistados:

“Tenho medo de dizer que sou da oposição porque o partido no poder parte do princípio de que *quem não está connosco, está contra nós*”, [Genito, 27 anos].

A expressão usada pelo entrevistado, “quem não está connosco, está contra nós”, é um exemplo de como os membros da RENAMO se sentem diante do facto de pertencerem à

oposição; explica o facto de se sentirem forçados a esconder a sua identidade política, visto que nessa expressão está contida, de alguma forma, uma ameaça. Se alguém está contra “nós”, significa que, automaticamente, se torna nosso inimigo. No presente caso, tornar-se inimigo de um partido que detém o poder sobre o nosso emprego, a nossa segurança económica; é algo arriscado, que intimida.

Por outro lado, pode-se entender que o medo dos membros da RENAMO é derivado de terem consciência das consequências que podem sofrer caso no seu posto de trabalho tenham conhecimento da sua identidade política real. Desse modo, surge a necessidade de ocultação dessa identidade. Usando os termos de Goffman (1988), os membros da RENAMO sabem que possuem características diferentes das que a sociedade havia previsto.

Para Goffman, quando conhecida ou manifesta a discrepância entre a *identidade social virtual* e a *identidade social real*, esta estraga a identidade social do indivíduo; ela tem como efeito afastar o indivíduo da sociedade, de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente ao mundo não receptivo, (*Idem*, 1988). Assim, entende-se que o medo dos funcionários membros da RENAMO está relacionado com o receio das consequências que possam vir a ter caso descubram que existe uma discrepância entre a sua *identidade social virtual* e a sua *identidade social real*. Eles têm conhecimento de que, se essa discrepância é conhecida no seu local de trabalho, sejam vistos com hostilidade, como indivíduos que estão contra o partido no poder.

Pode também verificar que não se trata de um medo individualmente sentido e sem regularidade, como refere Atcheson (2008). Trata-se, sim, de um medo que é partilhado por um grupo de indivíduos, os quais, por causa de um mesmo objecto, eles sentem-se impossibilitados de revelar a sua identidade política; para além disso, é uma emoção que acompanha o quotidiano dos membros da RENAMO, isto é, não é um medo que eles sentiram uma única vez, mas que é sentido constantemente, com regularidade. O facto de esses indivíduos terem que ocultar, todos os dias, as suas identidades políticas, é a prova

de que o medo sentido por eles é regular, que convive com eles, quotidianamente, nos seus locais de trabalho. Nesse sentido, pode-se dizer que se está diante do que se chama de medo social, que é aquele que um determinado grupo partilha com determinada regularidade, Dias (2006) e Barbalet (1998). Pode-se, então, notar os funcionários do Aparelho do Estado, membros da RENAMO, partilham o mesmo medo.

O medo social, sentido pelos membros do partido da oposição, pode ser relacionado com uma das categorias apresentadas por Koury (2002). O medo apresentado como *falta de confiança e o medo de errar*, o qual o indivíduo se sente ameaçado por indivíduos e instituições, com receio de perder posições sociais conquistadas, uma permanente ameaça aos projectos individuais e colectivos, à família e à profissão. Do mesmo modo, os membros da oposição sentem-se atemorizados pelo Governo, o qual é dirigido pelo partido no poder. Sentem receio em relação à sua situação profissional, o que significaria a perda do seu sustento pessoal e familiar, do prestígio e privilégios sociais.

Do mesmo modo, os membros da RENAMO também se sentem intimidados por uma instituição, partido FRELIMO, que controla o governo, a qual põe em risco o seu trabalho e os seus projectos individuais e colectivos. Por exemplo, nos depoimentos de Genito, 27 anos e de Daniel, 30 anos, encontra-se um medo de não realizar projectos individuais. Eles afirmam sentir medo de não puder conseguir bolsas ou não ter a oportunidade de ser promovidos e de não puderem ter acesso a terrenos ou certidões de bairro, respectivamente. Por sua vez, Eleutério, de 32 anos, sente medo no que reespeita à sua situação económica e profissional, quando afirma temer que aconteça algo que prejudique a sua vida social, económica e profissional e em Acácio, 49 anos, encontra-se patente um medo em relação tanto à sua situação sócio-económica futura como profissional, ao afirmar que teme, ao revelar a sua identidade política, que seja conotado como traidor e perca a sua reforma.

O medo social pode ser entendido como derivado de uma situação de estigma que os membros da RENAMO vivem. Segundo Goffman (1988), o estigma dos indivíduos pode

estar relacionado a questões que não convém divulgar a estranhos. Assim, dado que o facto de se pertencer à oposição é motivo de exclusão social, os membros da oposição sentem a necessidade de não divulgar as suas identidades reais, (Goffman, 1988). Nesse sentido, o medo social, derivado da possibilidade de exclusão social, leva à ocultação da sua identidade política, todos os dias, nos seus postos de trabalho. A ameaça constante à identidade social virtual, leva a um sentimento constante de medo e a necessidade de os membros da RENAMO manipularem, todos os dias, as suas identidades políticas.

Assim como o mundo de alguém está espacialmente dividido por sua identidade social, ele também está por sua identidade pessoal. Há lugares em que o indivíduo tem certeza de que não “dará de cara” com ninguém que conheça pessoalmente, poderá permanecer no anonimato, sem despertar a atenção de ninguém, (*Idem*, 1988). As identidades dos membros da RENAMO também encontra-se espacialmente distribuída. Sendo o espaço laboral um lugar em que a identidade política dos membros da RENAMO é anónima, eles precisam continuar manter essa anonimidade de modo que não corram risco de sofrer represálias. Portanto, o medo determina a necessidade de ocultar as suas identidades.

Ainda segundo Goffman, o mundo espacial do indivíduo está dividido em várias regiões, segundo as contingências nelas contidas para a manipulação da identidade social e pessoal, (*Idem*, 1988). Nesse sentido, o medo social de represália política é uma necessidade contida no espaço laboral dos funcionários membros da RENAMO que os leva a manipular a sua identidade política, constringendo-os a ocultá-la.

O medo social de represália política cria medo generalizado e partilhado pelos simpatizantes ou militantes da oposição, nesse caso a RENAMO. Pode-se, igualmente, saber que criação do medo no interior de um determinado grupo é uma estratégia que o partido no poder usa para alcançar determinado objectivo. Por sua vez, o medo social leva os indivíduos a ocultar a suas identidades devido a possibilidade de represália.

Existem algumas possibilidades em torno das possíveis atitudes dos indivíduos quando estão diante do sentimento de medo. Uma possibilidade é que eles podem, pelas consequências que temem, agir de acordo com a vontade de quem lhes cria o medo. Isto é, o poder, ao criar o medo no seio de determinados grupos, estes sentem-se incapazes de enfrentar a fonte do seu medo, portanto, libertar-se e vencer o medo, acabando por se submeter às vontades do poder. Outra possibilidade é que esses mesmos indivíduos têm a coragem de enfrentar os seus medos e procuram libertar-se deles, agindo de forma revolucionária, e lutando contra a fonte desse medo, nesse caso o poder.

Para além das duas possibilidades acima expostas, pode acontecer que os indivíduos que sentem medo não estejam em nenhum dos extremos. Eles tanto podem, em algum momento, agir como se estivessem a fazer o que os que lhes intimidam querem e, numa outra situação, agirem duma forma totalmente contrária, de acordo com as suas próprias vontades. Portanto, esses indivíduos podem manipular as suas identidades de modo a não sofrerem possíveis consequências; os indivíduos podem comportar-se de acordo com o contexto social em que estão, modificando as suas identidades de acordo com o que se é esperado deles.

A próxima secção procura mostrar de que modo o medo social de represália política tem influência nas identidades dos funcionários do Aparelho do Estado, membros da RENAMO. Ela aborda as estratégias que os membros da RENAMO usam para manipular as suas identidades, de modo a escapar ao medo de represália.

4.4 Medo de represália política e manipulação identitária.

Na abordagem que se segue, faz-se uma discussão em torno de quais as possíveis estratégias que os indivíduos, membros do partido RENAMO, usam para responderem ao medo que lhes são criados. Pretende-se saber da influência que o medo social de represália política exerce sobre as identidades dos membros do partido RENAMO.

A pertença ao partido no poder é um pré-requisito para se manter no Aparelho do Estado, para assumir cargos ou para ganhar confiança de superiores hierárquicos. Portanto, um atributo de qualquer pessoa que queira ingressar no Aparelho do Estado é ser membro do partido no poder, a FRELIMO, Groelsema, Turner e Shenga (2009); Forquilha (2010) *apud* Sande (2011) e Mazula (2000). Os membros da oposição têm o conhecimento dessas exigências, de modo que sabem a melhor maneira de agir para obter uma resposta desejada, (Goffman, 1993); para tal, esses indivíduos, por influência do medo de não alcançar essa resposta desejada, eles manipulam as suas identidades.

A identidade dos membros da RENAMO não é concebida através de atributos essenciais, mas ocasionais (*Idem*, 1988). As suas identidades mudam de acordo com a situação e contexto em que se encontram, de acordo com os objectivos que pretendem atingir e com a imagem que pretendem transmitir. Os membros da RENAMO agem estrategicamente de modo a obter melhor resposta das pessoas com quem interagem.

Por exemplo, pelos dados obtidos no campo, foi possível obter o seguinte depoimento:

“Sou membro da RENAMO desde 1992, mas tenho feito trabalhos para a FRELIMO, participo em reuniões do partido e até já fui candidato às Assembleias Populares [...] Eu participo em reuniões do partido no poder para não perder o meu posto, mas participo em reuniões da RENAMO por convicção política”
[Acácio, 49 anos].

Embora o entrevistado esteja a trabalhar há anos no Aparelho do Estado, ele não deixara de pertencer à oposição, mas fingindo que é do partido no poder, falando bem dele e participando em suas actividades, de modo a evitar represália política. Portanto, no seu local de trabalho, esse indivíduo possui uma determinada imagem, que não é a mesma quando está com outros membros da RENAMO. Para cada espaço, ele é reconhecido por atributos diferentes. Então, pode-se dizer que se encontra diante duma reconstrução identitária de acordo com os espaços em que se encontram ou, de acordo com Castells e

Giddens *apud* Godinho (2008), numa situação em que os indivíduos negoceiam estilos de vida como parte da sua auto-identidade.

Segundo Goffman, a representação dos indivíduos pode apresentar dois extremos:

Num dos extremos, o actor pode ser tomado pela sua própria acção; poderá estar, sinceramente, convencido de que a impressão de realidade que encena é a realidade real. Em outro extremo, o actor pode não estar por completo convencido da realidade da sua prática de rotina [...], o actor pode ser levado a orientar a convicção da sua audiência apenas como meio em vista de outros fins [...] Quando o indivíduo não acredita na sua própria representação [...] podemos chamar-lhe *cínico*, reservando o termo “sincero para o indivíduo que acredita na impressão que o seu desempenho visa causar, (Goffman, 1993: 29-30).

Pode-se observar também que os membros da RENAMO, num momento, eles são “*sinceros*” na sua representação e, em outro momento, eles são *cínicos*. Nos seus locais de trabalho e em actividades do partido FRELIMO, tais como reuniões, eles têm uma representação *cínica*, a qual não acreditam no papel que desempenham, mas agem com vista a alcançar determinados fins. Por outro lado, quando eles se encontram diante de outros indivíduos que têm a mesma convicção política, nas reuniões da RENAMO, eles são “*sinceros*” nas suas representações, visto que eles participam nelas por convicção política.

Na obra “*Novos Possíveis: Estratégias Identitárias de Mulheres Oriúndas da Guiné-Bissau em Portugal*” de Godinho (2008), a identidade social é tida como um aspecto flexível, processual, adaptável ao espaço em que o indivíduo se encontra e às relações a que o indivíduo estabelece. Segundo o autor, as mulheres, situadas entre uma identidade herdada, uma ligação de tradições do país de origem e os objectivos do seu projecto migratório, na sociedade de acolhimento, reconstroem a sua identidade através da articulação de diferentes elementos socioculturais da origem e do destino.

Pode-se encontrar patente na abordagem de Hall (1998) uma mesma ideia, na qual a identidade é tida como uma interacção do sujeito com outros sujeitos e com a cultura na

qual se está inserido. Do mesmo modo, os membros da RENAMO, ao interagirem com os indivíduos do seu local de trabalho, eles criam uma determinada imagem, que os caracteriza como membros da FRELIMO; porém, quando se encontram com os membros da RENAMO, fora do seu local de trabalho, possuem outros atributos, diferentes dos que possuem quando estão no seu local de trabalho. Existe sempre papel da estrutura social no determinante das identidades dos indivíduos, mas, nessa relação, são sempre esses indivíduos que decidem qual a identidade a ser revelada diante dum contexto social.

As ideias de Berger e Luckman *apud* Castelo Branco (*A Construção da Identidade: Tentativa de Empreender um Diálogo Sobre a Temática*) também mostram como a identidade é um processo criado pela relação entre sociedade e o indivíduo. Assim, eles referem que a identidade é tida como sendo um elemento-chave da realidade subjectiva, colocando-a em relação dialéctica com a sociedade. Existe uma dialéctica entre a identidade atribuída pelos outros e a identidade de que ele subjectivamente se apropria. É nessa relação que a identidade é mantida, modificada ou remodelada.

A identidade dos funcionários membros da RENAMO é modificada dependendo da relação que estabelecem com cada grupo social que interagem. Existe certa subjectividade no que respeita às suas características identitárias. Embora as estruturas sociais em que se encontram aja sobre as suas identidades, são eles que determinam se a mantém ou se a modificam. Enquanto nos seus locais de trabalho preferem transmitir as características identitárias dos membros do partido FRELIMO, quando se encontram com grupos de membros da RENAMO ou em espaços em que se sentem mais à vontade, eles modificam essas características e assumem o perfil identitário dos membros da RENAMO.

Portanto, a identidade desses indivíduos é resultado da dialéctica entre a sociedade e a subjectividade dos indivíduos. Como se pode ver em alguns depoimentos dos entrevistados:

“Eu tenho fingido que sou do partido no poder, tenho feito trabalhos do partido, que sejam forçados, sem a minha livre e espontânea vontade. Quando são datas comemorativas, pedem-me para explicar alguma coisa em relação, por exemplo, a 25 de Setembro, e naturalmente, tenho que falar bem do partido FRELIMO. Não faço isso por minha livre vontade, quero “engraxar”, para pensarem que sou de lá, mas... Mas, na minha casa, quando estou a conversar com meus parentes directos, minha esposa, meus irmão, aí eu me expesso sem medo”, [Fernando, 43 anos]

A interacção desse sujeito com outros sujeitos determinam a sua identidade, a qual muda de acordo com as pessoas com as quais interage. Nesse sentido, pode-se dizer que a auto-identidade dos membros da RENAMO não é estática, ela depende do contexto em que os indivíduos se encontram e as pessoas com quem interagem.

De acordo com Erwin Goffman, “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para cada uma dessas categorias: os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem nelas encontradas” (Goffman, 1988: 5). Porém, o que acontece com os membros do partido RENAMO (por serem da oposição) é que possuem características diferentes das que haviam sido previstas para ingressar ou assumir cargos no Aparelho do Estado. Nesse caso, pode-se dizer que as exigências que se fazem aos indivíduos, de pertencerem ao partido no poder, e o carácter que se imputa a esses indivíduos, seria a sua identidade social virtual e os atributos que ele, de facto, possui seria a sua identidade social real, (*Idem*, 1988).

Quando existe uma discrepância entre a identidade social virtual e a identidade social real, e tal discrepância é descoberta, é estragada a identidade social do indivíduo (*Idem*, 1988). Daí que o medo por parte dos membros do partido RENAMO, os quais receiam que seja descoberta a sua verdadeira identidade política. Esse receio é expresso pela ocultação das suas opiniões políticas nos seus locais de trabalho. Nesse sentido, todos os membros entrevistados, e funcionários do Aparelho do Estado, responderam que nunca

revelaram, nos seus locais de trabalho, que militam nesse partido. Portanto, escondiam o facto de serem membros da RENAMO, para evitar qualquer tipo de represália. Eis alguns exemplos:

“Evito comentários positivos sobre partidos que não seja o no poder [...] Não me junto, em lugares públicos, com grupos de pessoas que comunguem ideias ou práticas partidárias que não sejam do partido no poder” [Daniel, 30 anos].

“Tenho, no serviço, um colega que é Secretário do Partido³, nunca me abro, à nível político com ele, por causa desse medo [...] Dificilmente comento ou converso em relação à política do país em frente dos meus superiores hierárquicos”, [Fernando, 43 anos].

“Não me abro em relação aos meus ideais políticos no serviço [...] Nos locais onde acho que se encontram pessoas do ‘partido do dia’⁴, não me sinto a vontade”, [Teles, 43 anos].

“Eu faço as minhas coisas na clandestinidade. Quando há reuniões do meu partido⁵, eu conto sempre uma história que justifique a minha saída”. [José, 33 anos].

Os membros do partido RENAMO temem que, quando descoberto o facto de que eles não pertencem ao partido no poder, passem a ser desacreditados pelos superiores hierárquicos, e percam os benefícios económicos de que gozam, sejam jogados ao abandono social e que sejam rotulados como traidores, tal como foi referido pelos entrevistados. Então, esses indivíduos, como disse Goffman (1988), manipulam a sua

³ Secretário do Partido FRELIMO.

⁴ O partido no poder, a FRELIMO.

⁵ A RENAMO.

identidade porque sentem que possuem uma característica estigmatizante, que os pode levar a prejuízos ao nível social.

De acordo com Eisenberg (2005), no seu estudo, “*O Político do Medo e o Medo da Política*”, o medo é um sentimento moral importante na constituição de um soberano legítimo. Segundo ele, medo de servidão leva o indivíduo ao impulso de sobrevivência à razão prática, uma tentativa de emancipar-se desse medo, gerando uma sociabilidade reflexiva, acção política. Portanto, o medo, segundo o autor, é emancipador, é uma emoção positiva, criadora do político e da política. O inimigo da acção política é o medo de ter medo, que dele nasce a angústia que gera uma apatia em relação ao político, o que interessa somente àquele que dela usurpam. Da coragem de ter medo nasce a razão prática e a esperança de emancipar-se das causas do medo.

Segundo este autor, o medo social é um meio que leva à acção política, de modo a emancipar os indivíduos desse mesmo medo. Nesse sentido, o medo é tido como uma emoção positiva, libertadora, (*Idem*, 2005). Do mesmo modo, na sua obra “*Emoção, Teoria Social e Estrutura Social: Uma Abordagem Macrossocial*”, ao fazer uma análise do medo que a elite política ou social pode sentir, Barbalet (1998) também vê o medo como uma emoção que leva à mudança social. Segundo o autor, o medo leva à acção colectiva, de modo a eliminar a fonte do medo, assumindo a forma de inovação e desenvolvimento organizacional. Portanto, vêem-se aqui duas posições que encaram o medo no sentido positivo.

Mas, convém questionar se se pode considerar que o medo é sempre uma emoção positiva e emancipadora. Interessa questionar se os indivíduos, ao se depararem com os seus medos, não se podem paralisar e tornar-se inertes, sentirem-se constrangidos a submeterem-se às vontades daqueles responsáveis pela criação desses medos. Nos dados obtidos no campo, pode-se verificar que o medo sentido pelos membros da RENAMO, ao invés de ser uma emoção positiva e emancipadora ou inovadora também impede a liberdade de expressão por parte deles. Ao se sentirem constrangidos a ocultar a sua

identidade política, esses indivíduos estão impedidos de exercer os seus direitos sociais e políticos. Por exemplo, durante a entrevista, alguns dos entrevistados afirmaram:

“Lá no serviço a liberdade que eu tenho para falar aquilo que penso é limitada. Quando querem ouvir a sua opinião, é para determinar de que lado político estas; para saber se estas ou não do lado do governo. Eu sinto-me obrigado, quase sempre, a falar coisas em favor do governo” [José, 33 anos].

“Por eu fazer parte do Parlamento Juvenil, e esta ser uma instituição, de algum modo, crítica, alguns colegas meus já me vieram dizer que o meu nome tem sido falado em grandes reuniões [...] E, algumas vezes, indivíduos, supostamente da Segurança Secreta, já me vieram dizer que estão de olho em mim” [Idérito, 29 anos].

Vê-se, nestes depoimentos, que o medo não é, necessariamente, positivo ou emancipador Eisenberg (2005) e Barbalet (1998). Ele pode implicar problemas, tais como perda de liberdade de expressão. Pode tornar-se um meio de subjugação dum grupo que detém mais poder em relação aos que detêm menos. Quando Dias (2006) diz que o medo é usado pelo poder para manter a ordem e que existe, nas relações de poder, indivíduos que se podem beneficiar dele e outros que se deixam dominar por ele, está a deixar claro que esse medo pode servir de meio de opressão e de dominação por determinados grupos que detêm o poder.

Encontram-se aqui duas posições em extremos diferentes. Uma vê o medo como uma emoção positiva, revolucionária e inovadora e outra como um meio de submissão e dominação. Para além dessas duas posições sobre a influência que o medo pode causar sobre o comportamento dos indivíduos, existe a de Eunice Maria das Dôres Vaz de Melo, “*A Cultura de Medo e os Determinantes da Criminalidade Urbana*”.

Nesse trabalho, segundo Melo (2008), os meios de comunicação social, ao conferir uma grande atenção aos crimes mais violentos, cria uma ideia de que estes são os mais frequentes, o que aumenta a cultura do medo, fazendo com que todos se sintam

ameaçados e correndo perigo. Essa cultura do medo é legitimada pelo facto de o Estado não se mostrar eficiente para manter a ordem e segurança. O que leva os indivíduos a procurarem resolver os problemas pelos seus próprios meios. Assim, por conta da cultura do medo, há uma espécie de socialização da violência, que leva à uma suspeita em relação à imagem do Outro. Por essa desconfiança, eles restringem os seus movimentos, saem menos à noite, andam menos pelas ruas, evitam zonas perigosas da cidade, aumentam os muros das suas casas, as cercam e fortificam.

Diferente da visão de Eisenberg (2005), Dias (2006) e de Barbalet (1998), encontra-se aqui uma visão do medo social como algo que faz com que os indivíduos se isolem do resto da sociedade, levando estes a mudar a estrutura física urbana, de modo a proteger-se de um inimigo que acreditam que pode encontrar em qualquer lugar.

Os dados obtidos no campo mostram que o medo não é algo revolucionário ou, necessariamente, positivo, como referem Barbalet (1998) e Eisenberg (2005), mas também não torna os indivíduos dominados e submissos ao poder político, como refere Dias (2006). O medo faz com que esses membros da oposição ajam de forma estratégica, de modo a estarem numa situação intermédia.

Quando os membros da RENAMO sentem que a sua identidade política real os pode prejudicar, eles a ocultam; quando se sentem à vontade para expressá-la, a expressam. A acção dos indivíduos, diante do medo, nem sempre está num ou noutro extremo. Não nos torna, necessariamente, nem passivos, dominados, e nem revolucionários, mas pode nos tornar manipuladores, calculando as perdas e os benefícios em questão. A identidade social desses indivíduos está em constante dinâmica, dependendo do espaço em que se encontram. Esses indivíduos manipulam as suas identidades de acordo com o contexto social em que se encontram e com as pessoas com quem interagem.

Esses indivíduos evitam expor a sua identidade partidária no seu local de trabalho, ou em algum lugar que acreditam que seja de risco, de modo a evitar represália. Todavia, quando convém, esses indivíduos assumem a sua identidade partidária, como se pode ver:

“Quando estou em determinados lugares, com amigos que comungam os mesmos ideais comigo, sinto-me à vontade para expor aquilo que acredito” [Etelvina, 50 anos].

“Só falo do meu partido quando acredito estar com pessoas de inteira confiança, que não possam fazer chegar aos meus superiores” [Teles, 43 anos].

“Só assumo que sou da oposição quando estou com amigos em que confio. Mas, em momento algum, irei aparecer publicamente a expressar a minha identidade política”, [Genito, 27 anos].

Não existe um lugar específico onde eles se sintam à vontade para se expressar ou identificar como membros da RENAMO, mas em qualquer lugar que se sintam confortáveis e que não corram riscos. Assim, quando convém, os membros expõem a sua identidade política, e, quando não convém, eles a ocultam. Tudo de acordo com a situação em que se encontram. A sua identidade varia de acordo com o espaço e as pessoas com quem estão.

Esses indivíduos não se submetem ou se tornam membros do partido no poder por medo e nem agem contra o partido. Eles ficam numa situação intermédia, dependendo do contexto e dos benefícios que possam alcançar. A influência que o medo tem sobre as suas identidades varia de acordo com o ambiente em que se encontram.

Isso ilustra que não se pode encontrar indivíduos com uma única identidade. De acordo com a situação e o papel que cada indivíduo representa, ele assume identidades diferentes, (Pinto, 1991). Para este autor, a ideia de identidade “não pode senão assumir e reforçar a vocação eminentemente relacional que ela já tem”, (*Idem*, 1991:218).

Nesse sentido, a identidade dos membros da RENAMO é relacional, é relativa ao espaço em que se encontra e às pessoas com quem se encontram. Enquanto estão diante dos seus colegas de trabalho, a sua identidade está dependente daquilo que esses colegas esperam deles, mas quando se encontram em outros lugares, eles expressam características

adequadas ao espaço e que os permite estar sob o controlo da situação presente. Existe, no processo de construção da identidade desses indivíduos uma relação entre a interacção que eles estabelecem com os outros e com o meio envolvente, (Pinto, 1991).

Assim, os membros da RENAMO escondem as informações sobre a sua identidade social real, de modo a receberem e aceitarem um tratamento baseado em falsas suposições a seu respeito, (Goffman, 1988). Para que a sua representação se torne convincente ou significativa para os que convivem com eles no trabalho, eles incluem no seu comportamento sinais que acentuem e configurem de modo impressionante, daí a sua realização dramática (*Idem*, 1993).

É nesse contexto que eles usam distintivos que comprovem que eles fazem parte do partido no poder, tais como cartões do partido e vestuário ou participem em reuniões do partido ou, ainda, usem termos como “*camarada*”, como fez referência o Teles, 43 anos, quando falava das reuniões as quais participava.

“Se eu não pago as quotas, não participo em reuniões, não faço, por exemplo, campanha para o partido, quando é necessário, ou não cumpro com algumas obrigações internas do partido, podem começar a desconfiar de mim [...] É por isso que tenho que fazer de tudo para evitar que me conotem”, [José, 33 anos].

“Tenho um cartão de membro da FRELIMO e exerço algumas actividades em prol do partido para me garantir e ter benefícios. Eles podem não fazer uma obrigação directa, mas a pessoa sente que, para ser confiado, deve ter o cartão”, [Teles, 43 anos].

Esses *adereços pessoais* e os *modos*, Goffman (1993), servem para indicar o papel que os membros estão a desempenhar no seu local de trabalho, de modo a que acreditem que eles pertencem ao partido no poder e, com isso, não sofram qualquer tipo de represália política. Eles usam de todos os mecanismos e equipamentos, como se estivessem a representar numa peça teatral, procurando disfarçar a sua verdadeira identidade política,

usando *máscaras* (Goffman, 1993). Os indivíduos agem como se estivessem num desfile de máscaras, atrás das quais se escondem (Silva, 2007).

Pode-se notar, de acordo com as entrevistas feitas, que os mesmos membros da RENAMO, em determinados espaços ou momentos, revelam a sua identidade social real. Quando sentem que se encontram em espaços que acreditam frequentarem pessoas da sua inteira confiança ou quando estão com familiares, amigos ou alguém que partilhem a mesma identidade política, eles revelam-se.

“Só a minha família [...] e alguns amigos, sabem que pertenço a RENAMO. Lá no bairro e no serviço ninguém mais sabe”, [Eleutério, 32 anos].

“Na empresa⁶ onde trabalhava, sentia-me mais a vontade para falar o que eu queria e dizer a que partido pertenço. Lá há pouca vigilância e o interesse é mais económico do que político” [Acácio, 49 anos].

Aqui encontra-se aquilo a que Goffman (1993) chamou de *bastidores*, aonde os actores (membros da oposição) podem abandonar a máscara, mas onde o acesso dos outros actores é limitado. Então, é nos bastidores, nos antigos empregos onde trabalharam, nos círculos de amigos ou pessoas às quais confiam ou partilham ideais políticos, onde os membros da RENAMO podem expressar, com liberdade, as suas convicções partidárias.

Desse modo, pode-se ver que a acção dos indivíduos, nesse caso, é semelhante à uma representação no palco. Eles actuam de acordo com aquilo que a plateia espera deles, de modo a obter uma resposta desejada com a sua representação. Para isso, eles sublinham certos aspectos e dissimulam outros, os quais realmente fazem parte da sua identidade, (*Idem*, 1993).

O medo social de represália política faz com que os funcionários do Aparelho do Estado, membros da RENAMO, manipulem as suas identidades de modo a não sofrer

⁶ Uma padaria.

consequências, tais como a perda de cargos, perda de confiança por parte dos seus superiores hierárquicos ou uma possível expulsão do emprego.

Enquanto estão no seu ambiente de trabalho, eles procuram representar o papel de um membro da FRELIMO, fingindo ser um militante desse partido, ocultando a sua verdadeira identidade política. Para que essa representação seja credível, eles participam em reuniões, exercem actividades do partido, usam termos próprios dos membros do partido no poder e possuem um cartão do partido. Portanto, eles fazem uso de *adereços pessoais*, usam *máscaras*, para que se acredite na sua representação. Nos seus locais de trabalho, eles mostram a sua *identidade social virtual*.

Todavia, quando estes se encontram em espaços onde se sentem seguros, e que se podem revelar, ou com pessoas que confiam e que fazem parte da RENAMO, eles expressam a sua verdadeira identidade política. Nesses lugares, eles estão livres de qualquer representação e de uso de qualquer *adereço* ou *máscara*. É nesses espaços que eles consideram os seus *bastidores*. Nesses lugares, eles mostram as suas *identidades sociais reais*.

Pode-se dizer que a identidade dos funcionários do Aparelho do Estado, membros da RENAMO, não é fixa, mas muda de acordo com o espaço onde se encontram e com as pessoas com as quais interagem. As suas identidades varia de acordo com a expectativa que a plateia tem deles. O seu desempenho depende do que os que interagem com eles esperam deles, mas também de acordo com os objectivos que pretendem alcançar, procurando sempre alcançar resposta desejada.

O medo social de represália política leva os membros da RENAMO a manipularem as suas identidades de acordo com o espaço onde se encontra e com as pessoas com quem interagem. Para não sofrerem represália política – perda de emprego, perda de cargo, perda de confiança dos superiores hierárquicos – e obterem resposta desejada nos seus locais de trabalho, eles são levados a fingir que pertencem ao partido no poder, a FRELIMO.

CONCLUSÃO

Neste trabalho procurou-se estabelecer uma relação entre o medo social de represália política e a auto-identidade dos membros da RENAMO. Especificamente, quis mostrar-se a influência que esse medo tem sobre a identidade dos membros da oposição que trabalham no Aparelho do Estado. Foi possível concluir, de acordo com os dados recolhidos e a análise feita, que o medo social de represália política leva à manipulação das identidades dos membros da RENAMO.

Pelo facto de haver certa exclusão política e económica para os membros de partidos da oposição e a pertença ao partido no poder ser uma condição para ter acesso a empregos, garantir a permanência no posto e obter promoções (Groelsema, Turner e Shenga, 2009), é criado, no seio dos membros do partido RENAMO, um certo medo. Esse medo os leva à ocultar a sua identidade política nos seus postos de trabalho, dado que, se está é descoberta, podem sofrer represálias.

Por outro lado, notou-se que o mesmo medo de represália política dos membros da RENAMO entrevistados é partilhado por todos eles, visto que tem a mesma origem e é determinado pelo mesmo objecto social, um grupo social, o partido no poder. Para além de ser partilhado pelo grupo e ser socialmente determinado, o medo desses indivíduos é sentido com regularidade, visto que a todo o momento, nos seus locais de trabalho, eles vivem com receio de a suas verdadeiras identidades políticas serem expostas. Assim, por ser partilhado pelo grupo, por ser socialmente determinado e por ser sentido com regularidade, pode se dizer que esse medo é social, Dias (2006) e Barbalet (1998).

Nesse sentido, por causa do medo de represália política – perda do emprego, de perda de cargos, perda de oportunidade de promoções, (Groelsema, Turner e Shenga, 2009) –, os membros do partido RENAMO sentem-se constrangidos a ocultar a sua identidade política, de modo a que no seu ambiente de trabalho acreditem que pertencem ao partido no poder.

Não se pode encarar a identidade política dos membros do partido como algo fixo, independente das relações e interações que eles estabelecem no seu quotidiano e dos espaços e contextos que eles frequentam. Dependendo dos ganhos ou perdas que eles possam ter ou das expectativas que os elementos em interacção têm deles, os membros da RENAMO manipulam a sua identidade política. Assim, a represália política é um elemento que tem grande influência na manipulação das identidades dos membros da RENAMO. Quando estes se encontram em espaços ou em interacção com pessoas que possam pertencer ao partido no poder ou que possam, de algum modo, estar relacionadas com o seu espaço laboral, agem como se fossem membros ou militantes do partido no poder. Fazendo o uso de todo o tipo de ferramentas, linguagem, vestuário, gestos e atitudes, eles actuam como se do partido no poder pertencessem. Por outro lado, quando se encontram em espaços de sua inteira confiança ou com pessoas que partilham da mesma convicção política, eles assumem a sua verdadeira identidade política.

Com base no exposto acima, a hipótese levantada no trabalho, segundo a qual o medo de represália política leva à manipulação das identidades políticas dos membros dos partidos da oposição, foi validada. Isso é comprovado pelo facto de que, a partir do momento em que os membros da RENAMO começam a medir as perdas que terão caso percam o emprego (ou o cargo) – percam os privilégios económicos que têm, que são a base do seu sustento – ou percam a confiança que possuem dos seus superiores, e com isso sejam marginalizados, preferem manipular a sua identidade política, para não sofrer tais consequências.

Nesse sentido, partilhamos a visão de Goffman (1993), segundo a qual de acordo com as expectativas que os indivíduos têm de nós, eles representam para apresentar a plateia uma dada definição da sua situação. Os indivíduos manipulam a sua identidade caso sintam que possuem uma característica estigmatizante; eles podem ocultar, revelar, mentir ou esconder, dependendo do espaço ou momento ou, ainda, do conhecimento ou desconhecimento que as pessoas têm da sua identidade. De igual modo, os membros da RENAMO, pelo medo de represália política, eles ocultam ou revelam a sua identidade

política, dependendo do espaço em que se encontram ou das pessoas com quem interagem.

Os conceitos de Goffman (1988) de *identidade social virtual* e *identidade social real* podem ser enquadrados no contexto da presente pesquisa na medida em que os membros da RENAMO possuem uma identidade que usam somente para obterem determinadas vantagens sócio-económicas e uma outra identidade, a verdadeira, que a usam quando se encontram em momentos ou espaços em que se sentem mais livres para expressar as suas opiniões, e sem necessidade de manipulação da sua identidade política real. Podendo-se, assim, chegar a ideia, de Goffman (1993), sobre bastidores, lugar aonde estes estão isentos de usar qualquer máscara.

Assim, pode-se dizer que foi possível alcançar os objectivos estabelecidos pela pesquisa, visto que foi possível, em primeiro lugar, compreender a influência que o medo de represália política tem sobre as identidades dos membros dos partidos do partido. Assim, para tal, descreveu-se as principais formas de manifestação do medo de represália nos membros da RENAMO e fez-se a análise da influência que essas manifestações do medo têm sobre a manipulação das identidades.

Com isso, ao se ter conhecimento da influência que o medo de represália tem sobre identidade dos membros da oposição, foi possível ter conhecimento da influência que a nossa situação política tem sobre o comportamento dos indivíduos. Por outro lado, por meio da pesquisa, foi possível mostrar a importância que as emoções assumem nas interações sociais entre os indivíduos. Visto que, a partir do momento em que os membros da RENAMO sentem-se intimidados pela represália política por parte do partido no poder, eles sentem-se constrangidos a manipular as suas identidades reais de modo a que estas não sejam expostas. Nesse sentido, verifica-se que o medo de represália, emoções, está a influenciar na manipulação da identidade dos indivíduos, portanto, nos seus comportamentos.

Importa dizer que fazer um estudo completo ou, pelo menos, mais detalhado, sobre medo social e identidade social implicaria mais tempo e mais recursos. Por outro lado, para que se alcançasse um estudo mais ou menos completo, seria indispensável a análise de um maior número de variáveis, o que implicaria uma recolha de dados mais detalhada. Um estudo desta natureza deve servir de inspiração crítica para outros investigadores, especialmente no nosso país, de modo a desenvolver aquilo que são os estudos sobre a influência das emoções no comportamento de indivíduos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATCHESON, Lucy. *Livre-se do Medo: Como Superar e Vencer Obstáculos*. Rio de Janeiro: Prumo, 2008.

BARBALET, J. M. *Emoção, Teoria Social e Estrutura Social: Uma Abordagem Macrossocial*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política: A-Z*. 11ª Ed. Brasília: Editora UnB, 1983.

BOUDON, Raymond et al. *Dicionário de Sociologia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

GIL, António Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

_____. *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*. 10ª Ed. Lisboa: Antropos, 1993.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 4ª Ed. Revista. São Paulo: Atlas, 1992.

MAZULA, Brazão. *A Construção da Democracia em África: O Caso de Moçambique*. Maputo: Ndjira, 2000.

MOREIRA, Herivelto e CALEFFE, Luís Gonzaga. *Metodologia de Pesquisa para o Professor Pesquisador*. Rio de Janeiro: DpeA Editora, 2006.

OSÓRIO, Conceição e CRUZ e SILVA, Teresa. *Género e Poder Local: Estudo de Caso na Província de Manica, Distrito de Tambara e Machaze*. Maputo: WLSA Moçambique, 2009.

PINTO, José Madureira. *Considerações Sobre a Produção de Identidade*. Porto: Revista Crítica de Ciências Sociais, Nº 32, Junho de 1991.

SANDE, Zaqueo. “7 Milhões: Revisão do Debate e Desafios para Diversificação da Base Produtiva. In: BRITO, Luís et al. (Orgs). *Desafios para Moçambique*: 2011. Maputo: IESE, 2011.

Referências Electrónicas

BAIERL, Luzia Fátima. *Medo Social: Dilemas Cotidianos*. Ponto-e-Vírgula, São Paulo, v. 3, 138-151, 2008. Disponível em: www.pucsp.br. Acesso em: 22 de Jul. de 2011.

CASTELO BRANCO, José Carlos. *A Construção da Identidade: Tentativa de Empreender um Diálogo Sobre a Temática*. Castelo Branco Consultório de Psicologia, Brasília, não publicado. Disponível em: www.castelobrancopsi.com. Acesso em: 5 de Jun. de 2011.

CAMPOS, Ricardo Bruno Cunha. *Sociabilidade, Medo e Estigma no Contexto Urbano Contemporâneo: o Bairro do Roger na Cidade de João Pessoa – PB*. João Pessoa, PB: Universidade Federal de Paraíba, 2008. Tese de Bacharelato. Disponível em: www.cchla.ufpb.br. Acesso em: 22 de Jul. de 2011.

DIAS, Fernando Nogueira. *O Medo Enquanto Emoção Social: Contributos para Uma Sociologia das Emoções*. Universidade de Santiago de Compostela, Lisboa, 2006. Disponível em: [http://: www.sociuslogia.com/artigos](http://www.sociuslogia.com/artigos). Acesso em: 24 de Jun. de 2011.

EISENBERG, José. *Político do Medo e Medo da Política*. Lua Nova, Rio de Janeiro, v.64, 49-61, 2005. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ln/n64/a05n64.pdf. Acesso: 24 de Jun. de 2011.

FORQUILHA, Salvador Cadete. “*Remendo Novo em Pano Velho*”: O Impacto das Reformas de Descentralização no Processo da Governação Local em Moçambique. Desafios para a Investigação Social e Económica em Moçambique, Maputo, n.º 10, 1-28, Setembro de 2007. Disponível em: www.iese.ac.mz/lib/publication/. Acesso em: 6 de Jun. de 2011.

GODINHO, Susana Cristina Miguel. *Novos Possíveis: Estratégias Identitárias de Mulheres Oriúndas da Guiné-Bissau em Portugal*. Lisboa: ISCTE, 2008. Tese de Mestrado. Disponível em: <http://www.repositorio-iul.iscte.pt/bitstream>. Acesso: 21 de Jun. de 2011.

GROELSEMA, Robert J; TURNER, J. Michael e SHENGA, Carlos. *Avaliação da Democracia e Governação em Moçambique: Relatório Preliminar*. Vermont: ARD, 2009. Disponível em: http://www.zambezia.co.mz/attachments/article/.../moz_relatorio_avaliaoao_dg.pdf. Acesso em: 6 de Jun. de 2011.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. *Medos Corriqueiros: Em Busca de Aproximação Metodológica*. Revista Conceitos, João Pessoa, v.8, 120-126, Julho/Dezembro de 2002. Disponível em: [http://: www.scielo.br/scielo](http://www.scielo.br/scielo). Acesso em: 6 de Jun. de 2011.

O que é medo? Um Adentrar no Imaginário dos Habitantes da Cidade de João Pessoa, Paraíba. Psicologia e Sociedade, João Pessoa, v. 21(3), 402-410, Julho. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/./a14v21n3.pdf>. Acesso em: 8 de Fev. de 2011.

MELO, Eunice Maria das Dôres Vaz de. *A Cultura do Medo e os Determinantes da Criminalidade Urbana.* In: Revista PARLATORIUM – Revista Electrónica da FAMINAS-BH, v.2, 1-17, 2008. Disponível em: www.faminasbh.edu.br.

PEREIRA, João C. G. *Antes o “Diabo” Conhecido do que um “Anjo” Desconhecido: As Limitações do Voto Económico na Reeleição do Partido.* Análise Social, Lisboa, v. XI.III (2º), 419-442, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n1>. Acesso em: 3 de Mai. de 2011.

PIMENTA, Adriano da Silva. *Identidade. O que é Isto?* Bahia: 2009, págs. 24. Disponível em: <http://www.gestaosocial.org.br/conteudo>. Acesso em: 6 de Mai. de 2011.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista da. *Goffman: Discípulo de Mead?* São Paulo: 2007, págs. 17. Disponível em: <http://www.intermeio.ufms.br/revista/25>. Acesso em: 3 de Mai. de 2011.

SOIRI, Lina. *Moçambique: Aprender à Caminhar com uma Bengala Emprestada? Ligações entre Descentralização e Alívio à Pobreza.* Documento de Reflexão nº 13, Maastricht: ECDPM, 1999. Disponível em: www.ecdpm.org. Acesso em: 13 de Nove. de 2012.

Anexo

<p style="text-align: center;">Guião de entrevista para os membros do partido RENAMO, funcionários do Aparelho do Estado</p>

I. Perfil sócio-demográfico

1. Nome (opcional)
2. Idade
3. Sexo
4. Estado civil
5. Residência
6. Ocupações actuais
7. Cargo que ocupa

II. A vida Laboral

1. É funcionário do Aparelho do Estado?
2. Há quanto tempo exerce funções no Aparelho do Estado?
3. Por que meio ingressou no Aparelho do Estado?
4. Teve ajuda de alguém?
5. Se teve ajuda, de quem foi?

6. Que tipo de relação tem com a pessoa?
7. Já beneficiou de alguma promoção?
8. Que cargo ocupa actualmente?
9. Há quanto tempo ocupa o cargo?
10. Já participou em alguma formação de capacitação?
11. Já teve progressão na carreira profissional?
12. Quais as maiores dificuldades que enfrenta no trabalho?
13. Tem alguma outra fonte de renda?

III. Medo de represália política e manipulação de identidades

1. A que partido político pertence?
2. Desde quando é que é membro desse partido?
3. Já pertenceu a um outro partido?
4. Se já, que partido?
5. Porque motivo deixou de ser membro?
6. No seu posto de trabalho, as pessoas sabem a que partido pertence?
7. Já sentiu necessidade de ocultar a sua identidade política no trabalho?
8. Caso tenha sentido, porque motivo?
9. Já sentiu medo de represália política?
10. Do que é que tem medo que lhe possa acontecer?

11. Como tem reagido diante desse medo?
12. O que tem feito para combater esse medo?
13. Quais as estratégias que usa para evitar represálias no trabalho?
14. Quais os lugares que se sente mais livre para expressar a sua identidade? Porquê?
15. Quais os lugares que se sente menos confortável para expor a sua identidade política?
Porquê?
16. Que benefícios tem ao manifestar a sua identidade política?
17. Quais as desvantagens que pode ter ao manifestá-la?
18. Já se sentiu discriminado ao expressar a sua identidade?
19. Já teve outro emprego antes?
20. Aonde se sente mais a vontade de expressar a sua identidade política, no actual ou no emprego anterior?